



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**Unidade Prestadora da Contas:** Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

**Unidades da Estrutura Hierárquica:** Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas e Fundo Nacional Antidrogas.

BRASÍLIA  
Março/2016



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, alterada pela DN TCU nº 147/2015, bem como das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 500/2016.

**Subunidade Responsável pela Coordenação da Elaboração do Relatório de Gestão:**  
Diretoria de Planejamento e Avaliação de Políticas sobre Drogas.

BRASÍLIA  
Março/2016

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANVISA – Agencia Nacional de Vigilância Sanitária  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CICAD – Comissão interamericana de Controle do Abuso de Drogas  
CID – classificação internacional de doenças  
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CONAD – Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
CRR – Centros Regionais de Referência  
CT – Comunidade Terapêutica  
DN – Decisão Normativa  
DACPD – Diretoria de Articulação e Coordenação de Políticas Sobre Drogas  
DCG – Diretoria de Contencioso e Gestão do Fundo Nacional Antidrogas  
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional  
DPEAI – Diretoria de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais  
EAD – Ensino à Distância  
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz  
FUNAD – Fundado Nacional Anti Drogas  
IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência  
IN – Instrução Normativa  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária  
MJ – Ministério da Justiça  
MP – Ministério Público  
Nº – número  
OEA Organização dos Estados Americanos  
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
OBID – Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PPA – Plano Plurianual

RFB – Receita Federal do Brasil  
RG – Relatório de Gestão  
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados  
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
Siasg – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão  
Siconv – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria  
Sinesp – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública  
SIOP – Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento  
Sisac – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões  
Siorg – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISCT – Sistema de Gestão dos Contratos de Financiamento de Vagas em Comunidades Terapêuticas  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
Spiunet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UNB – Universidade de Brasília  
Unifesp – Universidade Federal de São Paulo  
UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes  
UNASUL – União das Nações Sul Americanas  
UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes  
UO – Unidade Orçamentária  
USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 01- Elementos Identificadores Da Unidade Prestadora de Contas

Figura 01 - Organograma da unidade

Quadro 02 - Informação Sobre Área ou Subunidades Estratégica

Quadro 03 - Macroprocessos finalísticos

Quadro 04 - Macroprocessos finalísticos

Figura 02 - mapa estratégico

Quadro 05 - Indicador de desempenho de Municípios relacionados ao Projeto Redes

Quadro 06 – indicador de desempenhos CT's

Quadro 07 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Quadro 08 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Quadro 09 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Quadro 10 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Quadro 11- Meta Quantitativa Não Regionalizada

Quadro 12 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Quadro 13 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Quadro 14 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Quadro 15 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 16 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Quadro 17 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Quadro 18 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Quadro 19 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Quadro 20 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 21 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e contrato de repasse.

Quadro 22 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Figura 3 - Evolução do montante repassado

Quadro 23 - Despesas por modalidade de contratação

Quadro 24 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 25 - Concessão de suprimento de fundos

- Quadro 26 - Utilização de suprimento de fundos
- Quadro 27 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência
- Quadro 28 - Indicador de desempenho dos cursos de capacitação relacionados à política sobre drogas
- Quadro 29 - tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio
- Quadro 30 - tratamento contábil avaliação e mensuração de ativos e passivos
- Quadro 31 - Notas explicativas
- Quadro 32 - Força de Trabalho da UPC
- Quadro 33 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC
- Quadro 34 - Despesas com pessoal
- Quadro 35 - Pedidos de autorização para realização de concurso público
- Quadro 36 - Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários
- Quadro 37 - Imóveis Incorporados
- Quadro 38 - Imóveis Cedidos
- Quadro 39 - Despesas com Manutenção
- Quadro 40 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	2
LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS	4
SUMÁRIO	6
1. APRESENTAÇÃO	8
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	10
2.1 Finalidade e competências institucionais da unidade	10
2.2 Ambiente de atuação	12
2.3 Organograma	14
2.4 Informação sobre área ou subunidades estratégica	14
2.5 Macroprocessos finalísticos	15
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	19
3.1 Planejamento Organizacional	19
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	19
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	25
3.2 Desempenho Orçamentário	26
3.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	26
3.2.1.1 Visão gerencial de como foi a execução dos programas temáticos e dos objetivos PPA	43
3.2.2 Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade	46
3.2.3 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	51
3.3 Execução Descentralizada Com Transferência De Recursos	52
3.3.4 Análise da Efetividade das Transferências	56
3.3.5 Informação sobre a estrutura de Pessoal para Análise de Prestação de Contas	56
3.3.6 Informações sobre a execução das despesas	57
3.4 Desempenho Operacional	60
3.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	60
4. GOVERNANÇA	62
4.1 Descrição das Estruturas de Governança	62
4.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	62
4.3 Gestão de Riscos e Controles Internos	62
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	64
5.1 Canais de Acesso do Cidadão	64
5.2 Carta de Serviços ao Cidadão	65
5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	65
5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade	65
5.5 Medidas Para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	65
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	67
6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.	67
6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	69
6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas	69
7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	71
7.1 Gestão de Pessoas	71
7.1.2 Estrutura de pessoal da unidade	71

7.1.3	Demonstrativo das despesas com pessoal	74
7.1.4	Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	75
7.1.5	Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários	80
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	81
7.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da união	81
7.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	82
7.3.1	Principais sistemas de informações	82
7.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	82
7.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	83
7.5	GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	83
7.5.1	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	83
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	85
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	85
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	86
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	86
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	86
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	86
8.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	86



## 1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 147/2015, bem como das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 500/2016.

As ações da Senad pautaram-se na execução das metas do Plano Plurianual, PPA, 2012-2015 sob sua responsabilidade, na Lei de Diretrizes Orçamentária, LDO, e na Lei Orçamentária Anual, LOA 2015, com ênfase nas ações do Programa Crack, É Possível Vencer, em especial nos eixos prevenção e cuidado.

No eixo prevenção, além da articulação dos Ministérios da Saúde, da Assistência Social e da Educação em torno do tema, as ações da secretaria concentraram-se na capacitação de profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, justiça, segurança pública, além de conselheiros, lideranças comunitárias e religiosas e na estruturação de Centros Regionais de Referência, equipes para a oferta local de capacitação presencial.

Ainda nesse eixo, destacam-se a manutenção do serviço Ligue 132, que presta serviços à sociedade com informações sobre tratamento e prevenção do uso de drogas por meio de uma central telefônica, bem como uma nova edição da Campanha de Carnaval “Bebeu, Perdeu”, visando coibir o uso de álcool na adolescência. Por fim, foi realizado o 14º Concurso de Monografias, que premiou os melhores trabalhos acadêmicos com o tema prevenção ao uso de álcool na adolescência.

No eixo cuidado, a principal ação foi a manutenção de contratos com comunidades terapêuticas para a prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias químicas. A manutenção dos contratos e contratação de novos contratos proporcionou a oferta de cerca de 7700 vagas de acolhimento distribuídas em todas as unidades da federação, ao longo do ano de 2015.

Ainda com relação aos eixos prevenção e cuidado, é necessário destacar a continuidade de um projeto de articulação local da política sobre drogas nomeado Projeto Redes. O projeto pretende apoiar municípios a institucionalizar a gestão e a execução da política sobre drogas de forma intersetorial, além de promover o fortalecimento de canais de participação na referida política. Durante o ano de 2015, completou-se a execução da primeira fase do projeto em 21 municípios e pactuou-se sua expansão para mais 35 municípios.

Em relação a pesquisas na área de drogas, no ano de 2015 destacam-se: a parceria com a FIOCRUZ para a realização do III Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, em plena execução com previsão de publicação em 2016; a seleção da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, em parceria com o DEPEN, para a realização, a partir de 2016, do I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Carcerária Brasileira e o I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pelos Adolescentes e Jovens em Retrição e Privação de Liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; a seleção de 8 projetos de pesquisa na área de

tratamento da dependência química mediante o emprego de substâncias, a serem desenvolvidos nos próximos três anos; a parceria com a Universidade Federal de São Paulo para a realização, ao longo de 2016, do II Relatório Brasileiro sobre Drogas; e a realização, em parceria com o IPEA, da fase de campo de pesquisa sobre o perfil de comunidades terapêuticas no Brasil.

Em relação à comunicação, destaca-se a atualização e disponibilização à sociedade, por meio do portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, de informações sobre drogas, como notícias, divulgação de pesquisas, informações sobre tratamento e prevenção, legislações etc.

No campo da articulação internacional, destaca-se a participação da Senad em fóruns e debates com organismos internacionais que atuam no combate e na prevenção de drogas.

Em relação ao tema de arrecadação de recursos para a política sobre drogas, foram realizados leilões, sob a coordenação do Funad, para alienação de bens dados em perdimento em favor da União, por sentenças judiciais transitadas em julgado.

Por fim, cabe destacar que o ano de 2015 caracterizou-se como um ano de formulação de um novo ciclo de execução da política sobre drogas. Este esforço de formulação de todo o governo federal ficou caracterizado no novo PPA 2016-2019, por meio do programa 2085 – “Redução do Impacto social do Álcool e outras drogas: prevenção, cuidado e reinserção social”. Outro fórum de planejamento que consolidou as ações desse novo ciclo de execução foi o planejamento estratégico do Ministério da Justiça 2015-2019.

## 2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 2.1 Finalidade e competências institucionais da unidade

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas tem como papel essencial o de articulação das políticas públicas sobre drogas, a fim de coordenar e integrar as ações do governo relativas à redução da demanda de droga e de seu impacto na sociedade.

Para desempenhar o papel incumbido a esta Secretaria, o Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, especificamente no artigo 38-A de seu Anexo I, atribui à Senad as respectivas competências:

- I - assessorar e assistir o Ministro de Estado, no âmbito de sua competência;
- II - articular e coordenar as atividades de prevenção do uso, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;
- III - propor a atualização da Política Nacional sobre Drogas, na esfera de sua competência;
- IV - consolidar as propostas de atualização da Política Nacional sobre Drogas;
- V - definir estratégias e elaborar planos, programas e procedimentos, na esfera de sua competência, para alcançar os objetivos propostos na Política Nacional sobre Drogas e acompanhar a sua execução;
- VI - atuar, em parceria com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, assim como governos estrangeiros, organismos multilaterais e comunidades nacional e internacional, na concretização das atividades constantes do inciso II;
- VII - promover o intercâmbio com organismos nacionais e internacionais na sua área de competência;
- VIII - propor medidas na área institucional visando ao acompanhamento e ao aperfeiçoamento da ação governamental relativa às atividades relacionadas no inciso II;
- IX - gerir o Fundo Nacional Antidrogas - Funad, bem como fiscalizar a aplicação dos recursos repassados por este Fundo aos órgãos e entidades conveniados;
- X - firmar contratos ou celebrar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com entidades, instituições ou organismos nacionais e, mediante delegação de competência, propor com os internacionais, na forma da legislação em vigor;
- XI - indicar bens apreendidos e não alienados em caráter cautelar, a serem colocados sob custódia de autoridade ou órgão competente para desenvolver ações de redução da demanda e da oferta de drogas, para uso nestas ações ou em apoio a elas; (Incluído pelo Decreto nº 7.426, de 2011);
- XII - realizar, direta ou indiretamente, convênios com os Estados e o Distrito Federal, a alienação de bens com definitivo perdimento decretado em favor da União, articulando-se com os órgãos do Poder

Judiciário, do Ministério Público e da administração pública federal e estadual para a consecução desse objetivo;

XIII - gerir o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - Obid;

XIV - desempenhar as atividades de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas;

XV - executar as ações relativas ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, bem como coordenar, prover apoio técnico-administrativo e proporcionar os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Gestor do referido Plano; e

XVI - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.

Quadro 1- Elementos Identificadores Da Unidade Prestadora de Contas

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas			
Denominação Abreviada: SENAD			
Código SIORG: 33032	Código LOA: -	Código SIAFI: -	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ:	
Principal Atividade: Justiça			Código CNAE: 8423-0
Telefones/Fax de contato:	(061) 2025-7260	(061) 2025-7576	(061) 2025-7206
Endereço Eletrônico: SENAD@mj.gov.br			
Página na Internet: www.SENAD.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, bloco T, salas 208/210, CEP: 70.064-900, Brasília-DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas	-	-	-
Fundo Nacional Anti-Drogas	02.645.310/0001-99	200246	036349
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993; e, Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1998; Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002; Decreto nº 5.772, de 8 de maio de 2006;			

Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006;e Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Manual de Utilização do Sistema de Gestão das Comunidades Terapêuticas; Política Nacional sobre Drogas. Brasília, 2005; Legislação e Políticas sobre Drogas no Brasil. Brasília, 2008; e Publicações constantes no site: <a href="http://www.obid.SENAD.gov.br">http://www.obid.SENAD.gov.br</a> .	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200246	Fundo Nacional Antidrogas
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200246	00001

## 2.2 Ambiente de atuação

Governo e sociedade têm, ao longo dos anos, mudado suas percepções acerca da questão das drogas. De um lado, o conceito de guerra às drogas que norteou os esforços dos últimos anos do século passado vem perdendo força em favor de uma abordagem que entende que a solução para o problema não se baseia exclusivamente em repressão e em ações de redução da oferta. De outro, há o reconhecimento explícito de que o Estado tem papel fundamental nessa mudança de paradigma por meio da oferta de serviços integrais que buscam modificar algumas causas estruturais que podem levar ao consumo de drogas.

Por esse motivo, as ações integrantes do Programa Crack, É Possível Vencer estão sob a responsabilidade de alguns Ministérios, pois parte-se da premissa de que as políticas sobre drogas têm caráter transversal e não devem ficar adstritas a uma só área da gestão pública. Essa decisão deriva do

reconhecimento de que, embora o problema das drogas seja essencialmente um tema de saúde pública, suas causas são multifatoriais - sua abordagem não pode prescindir da consideração de aspectos familiares, sociais e econômicos, por exemplo. Desta forma, a articulação com os Ministérios do Desenvolvimento Social, da Educação e da Saúde são essenciais para uma abordagem integral da questão e para a plena consecução dos objetivos e diretrizes traçados na Política Nacional sobre Drogas.

Este quadro impõe à SENAD, órgão de articulação por excelência, a necessidade de fortalecimento desse papel frente às demais pastas do Governo Federal e, ainda, com os gestores locais das políticas de drogas. Nessa perspectiva, algumas oportunidades de incremento das ações relativas às políticas sobre drogas perpassam o papel da SENAD como articuladora e formuladora de projetos com Estados e, sobretudo, Municípios.

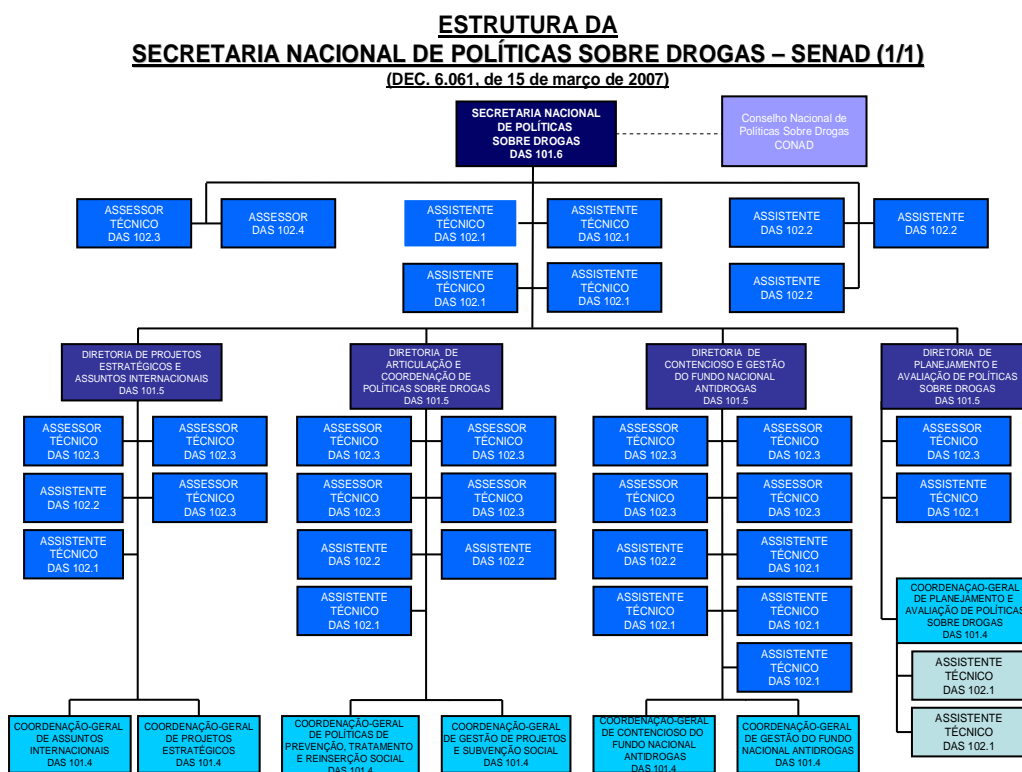
O momento atual, portanto, é de avaliação da Política Nacional sobre Drogas e de consolidação a novos projetos, com foco em estratégias de redução de danos e reinserção social, por meio da oferta de serviços de moradia, de emprego e renda e de tratamento, em complemento às ações já realizadas no âmbito no Programa Crack, é Possível Vencer. O foco desses novos projetos é o segmento mais vulnerável dentre os que fazem uso prejudicial de drogas, justamente aqueles que vivem em situação de exclusão social. Além disso, há uma clara tendência de investimentos cada vez maiores em tecnologias e metodologias com eficácia comprovada para projetos de prevenção ao uso de drogas a partir de uma abordagem mais ampla, atingindo jovens e adolescentes tanto no ambiente familiar como escolar.

Permanece o incentivo direto à produção de conhecimento científico no campo, a fim de embasar as políticas destinadas a reduzir o impacto social das drogas e identificar sua relação com a população, em diversos segmentos. Dessa forma, a Senad deu início a duas importantes pesquisas. Uma busca mapear os impactos que a nova política sobre a *cannabis* no Uruguai podem provocar nos campos da saúde, assistência social e sistema de Justiça na região de fronteira com aquele país; a outra tem por objetivo fomentar investigações científicas sobre substâncias cuja utilização ainda seja pouco conhecida para o tratamento da dependência química.

No cenário internacional, a atuação da Senad deu-se mais amplamente em foros regionais, como CICAD/OEA e UNASUL, de forma a consolidar definitivamente sua posição como interlocutora da temática de drogas no país. Os esforços foram direcionados à busca de pautas regionais comuns, diante de problemas compartilhados pelos países da região, como o uso de cocaínas fumáveis (crack) associado a vulnerabilidades sociais, tal qual o cenário que se apresenta no país. Tanto é assim que o Brasil ocupou durante o ano de 2015 a presidência do grupo de trabalho da CICAD/OEA. Ademais, a Senad tem participado de discussões internacionais voltadas à discussão dos problemas decorrentes do superencarceramento por crimes relacionados a drogas.

## 2.3 Organograma

Figura 1 - Organograma da unidade



## 2.4 Informação sobre área ou subunidades estratégica

Quadro 2 - Informação Sobre Área ou Subunidades Estratégica

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais (DPEAI)	Assessorar o Secretário em assuntos relacionados à temática de drogas em âmbito internacional, fomentar a produção de pesquisas relacionadas ao uso e abuso de drogas e temas afins além de gerir o OBID.	Luiz Guilherme Mendes de Paiva	Diretor	01/01/2015 a 01/10/2015

Diretoria de Articulação e Coordenação de Políticas Sobre Drogas (DACPD)	Promover ações relacionadas à prevenção do uso de drogas, por meio da capacitação de diversos agentes, da reinserção social de dependentes de drogas, na produção e divulgação de materiais informativos relacionados à prevenção do uso de drogas, na gestão do serviço Viva Voz e na organização de eventos, concursos e seminários, na elaboração e distribuição de materiais informativos na realização de campanhas publicitárias.	Leon de Souza Lobo Garcia	Diretor	01/01/2015 a 31/12/2015
Diretoria de Contencioso e Gestão do Fundo Nacional Antidrogas (DCG-Funad)	Realizar a gestão do Fundo Nacional Antidrogas, abrangendo a execução orçamentária e financeira de projetos e ações relacionados na LOA e PPA, a gestão bens imóveis apreendidos e destinados ao FUNAD, além da realização de leilões.	Mauro Roni Lopes da Costa	Diretor (a)	01/01/2015 a 09/03/2015
		Maria Rosa Guimarães Loula		19/08/2015 a 31/12/2015
Diretoria de Planejamento e Avaliação de Políticas sobre Drogas (DPAPD)	Desenvolvimento de metodologias de planejamento e de ações relacionadas à otimização da execução dos processos finalísticos e de suporte. Além disto, atua na gestão dos contratos com Comunidades Terapêuticas e na gestão operacional relativa aos processos finalísticos relacionados aos convênios.	Sylvio Cezar Koury Musolino Filho	Diretor	01/01 a 31/12/2015

## 2.5 Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos

<b>Macroprocesso 1</b>
Promoção da política sobre drogas.
<b>DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO</b>



Retrata a atuação do Ministério da Justiça junto aos diferentes organismos da administração pública brasileira e estrangeira realizando articulação e coordenação para o tratamento e divulgação de informações, proposição de políticas públicas coordenadas e definição de ações na prevenção e enfrentamento às drogas.
<b>UNIDADES ENVOLVIDAS NO MACROPROCESSO</b>
Senad
<b>PROCESSO 1</b>
Articular políticas sobre drogas no cenário internacional.
<b>ÁREAS ENVOLVIDAS NO PROCESSO</b>
Senad/DPEAI
<b>DESCRIÇÃO DO PROCESSO</b>
Reunião de dados provenientes dos diferentes organismos da administração pública estrangeira que manejam com Políticas sobre Drogas e ainda, das diferentes posições técnicas nesta matéria para a formulação de respostas a questionários e questionamento provenientes dos distintos órgãos internacionais.
<b>ENTREGAS POR PROCESSO</b>
Informações tratadas e divulgadas em foros internacionais.
<b>CLIENTES POR PROCESSO</b>
Estado Brasileiro, Organismos Internacionais.
<b>PROCESSO 2</b>
Articular, propor e coordenar políticas públicas na temática de drogas
<b>ÁREAS ENVOLVIDAS NOS PROCESSO</b>
Senad/DPEAI e Senad/DACPD
<b>DESCRIÇÃO DO PROCESSO</b>
Reunião de dados provenientes dos diferentes organismos da administração pública brasileira que manejam com Políticas sobre Drogas e ainda, das diferentes posições técnicas nesta matéria para a formulação de respostas a questionários e questionamento provenientes dos distintos órgãos nacionais.
<b>ENTREGAS POR PROCESSO</b>
Políticas públicas coordenadas, ações definidas para atuação na prevenção e enfrentamento às drogas.
<b>CLIENTES POR PROCESSO</b>
Órgãos públicos, parceiros, sociedade, comunidade científica.

Fonte: Processo Digital, sistema SEI, 08001.000066/2016-77, Subsídio ao Relatório de Gestão

Quadro 4 - Macroprocessos finalísticos

<b>MACROPROCESSO 2</b>
Gestão do conhecimento sobre a temática de drogas
<b>DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO</b>
Retrata a atuação do Ministério da Justiça na promoção do acesso a informações, no fomento, na produção e na disseminação do conhecimento sobre a temática de drogas. Além disso, na atuação do Ministério da Justiça no fomento, produção e coordenação da formação técnica na temática de drogas.

<b>UNIDADES ENVOLVIDAS NO MACROPROCESSO</b>
Senad
<b>PROCESSO 1</b>
Fomentar, produzir e gerenciar conhecimento sobre a temática de drogas.
<b>ÁREAS ENVOLVIDAS NOS PROCESSO</b>
Senad/DPEAI
<b>DESCRIÇÃO DO PROCESSO</b>
Reunião e difusão de dados provenientes dos diferentes organismos da administração pública na matéria de Drogas, além da Contratação de Instituições para produção de dados epidemiológicos na área.
<b>ENTREGAS POR PROCESSO</b>
Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, Pesquisas realizadas, Rede de pesquisadores articulada, Informações qualificadas coletadas e produzidas no âmbito do OBID.
<b>CLIENTES POR PROCESSO</b>
Sociedade Civil; Órgãos Públicos; Imprensa; Tomadores de Decisão (Agentes Públicos); Áreas Técnicas Senad; Organismos Internacionais; Outros Países.
<b>PROCESSO 2</b>
Promover o acesso a informações relativas à temática de drogas.
<b>ÁREAS ENVOLVIDAS NOS PROCESSO</b>
Senad/DACPD
<b>DESCRIÇÃO DO PROCESSO</b>
Concursos culturais realizados para diferentes públicos, como estudantes e educadores, para discussão, reflexão e mobilização sobre as temáticas relacionadas à drogas. Realização de eventos buscando sensibilizar cidadãos e comunidade científica para questões relacionadas à temática sobre drogas.
<b>ENTREGAS POR PROCESSO</b>
Campanhas de utilidade pública, Semana Nacional sobre Drogas, Seminários técnico-políticos, Concursos culturais de prevenção, Financiamento e apoio técnico a projetos de prevenção.
<b>CLIENTES POR PROCESSO</b>
Profissionais e lideranças da sociedade civil de políticas públicas sobre drogas, Sociedade.
<b>PROCESSO 3</b>
Fomentar, produzir e coordenar a formação técnica na temática de drogas.
<b>ÁREAS ENVOLVIDAS NOS PROCESSO</b>
Senad/DACPD
<b>DESCRIÇÃO DO PROCESSO</b>

Análise técnica e acompanhamento dos processos formativos financiados pela Senad.

**ENTREGAS POR PROCESSO**

Capacitações EaD ofertadas, Capacitações presenciais ofertadas, Centros Regionais de Referência (CRR's) criados e mantidos.

**CLIENTES POR PROCESSO**

Profissionais e lideranças da sociedade civil de políticas públicas sobre drogas (capacitação à distância), Profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde, de assistência social e no Poder Judiciário (CRR's - curso presencial), Ministério Público e Segurança Pública, junto a usuários de crack e outras drogas, e seus familiares ((CRR's - curso presencial), Agentes de saúde, sistema de justiça, assistência social (CRR's - curso presencial).

Fonte: Processo Digital, sistema SEI, 08001.000066/2016-77, Subsídio ao Relatório de Gestão

### 3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

#### 3.1 Planejamento Organizacional

##### 3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Ao longo do exercício de 2015, o Ministério da justiça elaborou em conjunto com suas secretarias o planejamento estratégico da instituição para o período de 2015/2019. Assim, ficou determinado como um dos objetivos estratégicos, dentro do plano estabelecido para o Ministério e que está relacionado diretamente à SENAD, promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas. Segue abaixo o mapa estratégico da instituição:

Figura 2 - mapa estratégico



Fonte: Processo Digital, sistema SEI, 08001.000066/2016-77, Subsídio ao Relatório de Gestão

Três projetos desta Secretaria foram considerados essenciais e estratégicos para o alcance do objetivo estratégico: Regulação e qualificação dos serviços de acolhimento prestados por Comunidades Terapêuticas, Projeto Redes, Portal de Capacitação Permanente.

#### I. Regular e qualificar os serviços de acolhimento prestados por Comunidades Terapêuticas.

**Análise situacional:** Ao longo do exercício de 2015, o projeto foi formulado e seu início será junto com o novo PPA em 2016.

II. Fomentar o funcionamento de instâncias de articulação intersetorial sobre políticas de álcool e outras drogas por meio do Projeto Redes.

**Análise situacional:** A partir de 2013 deu-se início ao Projeto Redes, que atua para fomentar a gestão intersetorial da política sobre drogas em âmbito local. Em 2014 iniciou-se sua execução em 21 Municípios, surgindo a expectativa de expandir o projeto para outros entes da federação. Ao longo de 2015, esperava-se que fosse concluída a primeira fase com aqueles participantes, porém, ao final dos projetos, a partir da avaliação dos resultados, optou-se por estendê-lo por mais 1 ano. Dentro do mesmo período, houve a pactuação com outros 35 entes da federação. Porém, diante de dificuldades supervenientes (greve na Fundação Oswaldo Cruz e atrasos na formalização do pacto, entre outras), houve o atraso do cronograma de execução, tendo em vista que os articuladores chegarão a suas respectivas localidades somente em de 2016.

Quadro 5 - Indicador de desempenho de Municípios relacionados ao Projeto Redes

Denominação	Índice de Referência (jan de 2015)	Índice Previsto (dez de 2015)	Índice Observado (dez de 2015)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
n° de Municípios que pactuaram a adesão ao programa	21	56	56	trimestral	n° de Municípios que responderam positivamente o convite de participar do projeto
n° de Municípios que teve a execução iniciada	21	56	21	trimestral	n° cujo articular foi contratado e iniciou os trabalho no Município
n° de Municípios cuja implantação foi completa	0	21	21	trimestral	n° de Municípios cujos produtos do PR foram entregues

III. Portal de Capacitação Permanente.

**Análise situacional:** Em 2015 planejou-se criar um portal para mudança de metodologia na formação em políticas de drogas na modalidade EAD. Esse portal será aberto e ofertará a totalidade dos conteúdos produzidos por esta secretaria e parceiros; seu viés é *auto-instrucional*. Ao longo do exercício, contratou-se a Universidade Federal de Santa Catarina como parceira, elaborou-se o projeto do portal, formou-se o comitê científico pedagógico responsável pela adaptação e elaboração de novos conteúdos e iniciou-se a produção de novos conteúdos. Porém, diante da maior complexidade do projeto em relação ao previsto, houve a reformulação do cronograma, adiando por seis meses a previsão de conclusão. Ainda, nesse exercício, foi iniciado o curso Operadores do Direito e foram concluídas as edições 6, 7 e 8 do curso Supera e iniciou-se o processo para encerrar o ciclo de formação de ensino à distancia - EAD - já pactuado no modelo anterior, bem como a transição dos conteúdos para o novo

modelo. Para o exercício de 2016, planeja-se continuar a elaborar novos conteúdos, pactuar a inserção do portal nas formações setoriais (saúde, assistência e direitos humanos) e lançar o portal no mês de junho. Por fim, pretende-se concluir mais duas edições do supera (09 e 10) e o curso Operadores do Direito.

A Senad tem como uma de suas responsabilidades o programa 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas - do PPA 2012/2015. Ao longo do período que permeia esse plano, esta secretaria executou vários objetivos visando alcançar as metas estabelecidas no PPA. Considerando este período como de transição, tendo em vista o final do ciclo 2012-2015 e o planejamento para o período 2016-2019 e ainda a construção do planejamento estratégico do ministério 2015-2019, destacam-se os seguintes objetivos e resultados:

- I. Concluir contratação dos Centros Regionais de Referência (CRR's) selecionados no Edital nº 08/2014 SENAD/MJ e manter CRR já contratados.

**Análise situacional:** Os Centros Regionais de Referência (CRR's) têm o objetivo de qualificar, presencialmente, profissionais de saúde, de assistência social, de segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que atuam com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. No exercício de 2014, o lançamento do Edital nº 08 iniciou a implementação de novas contratações, bem como mudanças nas diretrizes dos processos formativos. Ao longo de 2015, as novas diretrizes permitiram maior integração dos processos formativos com as demandas de gestores municipais das políticas relacionadas ao tema drogas e contribuíram para a articulação intersetorial por meio de processos formativos conjuntos entre serviços de atendimento diferentes e aproximaram-se da prática, impondo-lhes limite para atividades teóricas de formação. Ao final deste período, a SENAD manteve instrumento de parceria com 63 CRR's, ofertando mais de 22.000 vagas em cursos relacionados à política de drogas. Destes, 53 foram instrumentos de renovação de cursos e 10 relativos a novos centros. Para o exercício de 2016, pretende-se que seja feita a manutenção e a pactuação de novos CRR's para regiões prioritárias (Estados ainda sem cobertura).

- II. Contratar pesquisa avaliativa sobre os processos formativos dos Centros Regionais de Referência (CRR's) para construir seu sistema de avaliação e monitoramento.

**Análise situacional:** Em 2014 a pesquisa avaliativa sobre os processos formativos dos CRR's para a construção de um sistema de avaliação e monitoramento estava em fase de planejamento, sua conclusão era prevista para o próximo exercício. No segundo semestre de 2015, houve a formalização do termo de parceria com a Universidade de Brasília (UNB). Devido às dificuldades burocráticas e técnicas, como definição do escopo da pesquisa e formação da equipe pela UNB, o projeto alongou-se e a fase de coleta de dados encontra-se em andamento. Reuniões e discussões têm sido feitas com a UNB no intuito de discutir os resultados preliminares. A conclusão da pesquisa avaliativa e a implementação do sistema estão previstas para o 2º semestre de 2016.

- III. Projetos de reinserção usuários de drogas em situação de vulnerabilidade e risco social.

**Análise situacional:** Ao final de 2014, foram conveniados 22 municípios para execução de ações intersetoriais de moradia e geração de renda/trabalho, direcionadas à população vulnerável com problemas decorrentes do uso de drogas. Ao longo do exercício de 2015, houve reuniões mensais com os ministérios parceiros, buscando a incorporação, nas respectivas pastas, de políticas executadas nesse tema. Devido ao caráter inovador da proposta, identificaram-se obstáculos políticos, técnicos e jurídicos que exigiram contatos constantes com as equipes gestoras dos municípios conveniados, bem como com as equipes técnicas da própria Senad para ajustes finos nos projetos. Tais ajustes provocaram atrasos. Ao final do exercício, dos 22 convênios, 9 tinham recebido recursos e estavam prontos para iniciar sua execução e acompanhamento. Para o ano de 2016, pretende-se a superação dos problemas identificados no processo dos outros conveniados.

- IV. Projetos de prevenção baseados no fortalecimento de fatores de proteção por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais.

**Análise situacional:** A SENAD, em parceria com a Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, ao longo dos últimos anos, tem pesquisado e adaptado tecnologias de prevenção fundamentadas em evidências científicas, baseadas no fortalecimento de fatores de proteção por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais. Desse trabalho, foram selecionados três programas de prevenção - Jogo Elos, Fortalecendo Famílias, #Tamojunto - que foram disseminados ao longo do ano de 2015. Para dar perenidade aos programas, os esforços da política foram direcionados para aumentar a capacidade instalada de aplicação desses métodos, realizando-se ações para formação dos professores e profissionais de saúde, educação e assistência social (Estadual e Municipal). Além disso, houve a promoção de atividades intersetoriais, bem como a criação de instrumentos de monitoramento e de processos para expansão do programa com qualidade (acompanhamento dos professores, profissionais de saúde e assistência capacitados pela política). Os principais desafios de implementação foram a articulação entre setores nos territórios e o cumprimento dos calendários e cronogramas no tempo previsto, bem como contratar pessoal capacitado para implantar os projetos nos municípios.

- V. Execução de pesquisa de campo do III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira.

**Análise situacional:** Em 2015, concluiu-se a coleta de dados do III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. Até o fim de 2016, espera-se obter o relatório final do levantamento e realizar a divulgação das informações atualizadas sobre a prevalência e tipos de uso de drogas no Brasil. O principal obstáculo para a execução desse projeto foi a greve e o corte de pessoal do parceiro responsável pela pesquisa, Fundação Oswaldo Cruz.

- VI. Selecionar e contratar entidades para a realização de pesquisa na área de inovação no tratamento de dependência química.

**Análise situacional:** Ao longo de 2015, por meio do Edital nº 01/2015, Senad/MJ, foram selecionadas 8 entidades para realizar uma pesquisa na área de inovação no tratamento de dependência química. Considerando que o processo de seleção foi concluído no final de 2015, apenas 4 projetos

foram conveniados no exercício. Pretende-se, no próximo exercício, formalizar o acordo com as 4 entidades pendentes e iniciar a execução das pesquisas, que têm duração prevista de 3 anos.

VII. Realizar Pesquisa na área de Tecnologia de detecção de uso de drogas no trânsito brasileiro.

**Análise situacional:** Para o exercício de 2015, visando atender a necessidade da realidade no trânsito brasileiro, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi contratada para realizar uma pesquisa na área de Tecnologia de detecção de uso de drogas no trânsito. A execução foi iniciada, e para o próximo exercício estão previstas sua conclusão e publicação.

VIII. Concluir o processo de seleção de parceiro para realizar o I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Carcerária Brasileira e o I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pelos Adolescentes e Jovens em Restrição e Privação de Liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

**Análise situacional:** Em realização conjunta, a Senad e o Depen, com a colaboração de instâncias do Ministério da Saúde e UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids), elaboraram o edital de Chamamento Público nº 03 de 2015 para o I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Carcerária Brasileira e pelos Adolescentes e Jovens em Restrição e Privação de Liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Em dezembro, estabeleceu-se uma Comissão Especial de Avaliação, que selecionou a Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo como a vencedora do certame. Não houve tempo hábil para a consolidação do termo de parceria. Para o próximo exercício, realizar-se-á a contratação e o início da execução da pesquisa. A conclusão está prevista para 2017.

IX. Selecionar e contratar entidade para elaborar o segundo relatório brasileiro sobre drogas.

**Análise situacional:** Ao longo do exercício de 2015, foi lançado o edital de seleção de parceiro para elaborar o II Relatório Brasileiro sobre Drogas, sendo consagrada vencedora a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Estão previstas para o início do próximo exercício a formalização e execução do relatório, com sua publicação no início de 2017.

X. Formalizar parceria para a Adaptação transcultural da seção referente a transtornos mentais associados ao uso de drogas da classificação internacional de doenças (Cid), versão nº 11 e iniciar a execução do projeto.

**Análise situacional:** Ao longo do exercício de 2015, foi formalizada parceria com a Universidade Estadual Paulista para a Adaptação transcultural da seção referente a transtornos mentais associados ao uso de drogas da Cid nº 11. Devido a problemas ocorridos no decorrer da formalização do convênio, a execução da ação terá início em 2016 e seu término está previsto para o mesmo exercício.



- XI. Estabelecer parceria para execução do projeto “Abordagem e seguimento de estratégias para a detecção precoce e intervenção breve e desenvolvimento de instrumentos que guiem a implementação de Políticas em uma perspectiva de saúde pública e redução da demanda de drogas” no exercício da presidência do Brasil no Grupo de Redução da Demanda da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

**Análise situacional:** Ao longo do exercício de 2015, foi estabelecido o instrumento de parceria entre a SENAD e a OEA. Foram realizadas as ações e repasses previstos. Para o ano de 2016, haverá a continuidade e conclusão do Projeto.

- XII. Contratar e renovar contratos com comunidades terapêuticas e implementar o sistema de gestão das CT's – SISCT.

**Análise situacional:** Ao longo de 2015, foram firmados 09 contratos e foram renovados 358 contratos, que somados representavam 7425 vagas ao final de 2015. As principais dificuldades dessa política são: a manutenção dos contratos é custosa e há grande complexidade na gestão por ser contratação direta com CT's. Ao longo do ano, devido ao processo de fiscalização contratos foram rescindidos ou não renovados. Para diminuir o impacto dos riscos e dificuldades encontrados, a SENAD redesenhou o seu processo de gestão e implementou o sistema de gestão dos contratos de financiamento de vagas em comunidades terapêuticas (SISCT). Em 2014, o sistema encontrava-se em produção, com cerca de 40 CT's sendo beneficiadas com o 1º módulo do software, que contempla o gerenciamento dos contratos e cadastro de CT's pela Senad, o cadastro de acolhidos nas CT's, o mapa de vagas e geração de faturas eletrônicas. Ao final de 2015, o sistema de gestão gerenciava 6639 vagas, o que representa 89 % do total de vagas contratadas com Comunidades Terapêuticas. Os principais módulos disponibilizados para os usuários do SISCT são os seguintes: cadastro de acolhidos, mapa de vagas, geração de fatura eletrônica, ferramenta de comunicação com as CT's, gerenciamento de contratos e auditoria.

Quadro 6 – indicador de desempenhos CT's

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
% de vagas gerenciadas por meio do SISCT	10%	100%	89%	mensal	$\frac{\text{N}^\circ \text{ total de vagas gerenciadas por meio do SISCT}}{\text{N}^\circ \text{ total de vagas em contratos vigentes}}$
Tempo Médio de ateste	17,61 dias	10 dias	6,20 dias	Mensal	$\frac{\sum(\text{DECGG} - \text{DRD})}{\text{NPP}}$ DECGG - Data de encaminhamento do processo da CGPSS à CGG DRD - Data de Recebimento da Documentação na SENAD

					NPP - Numero Total de Processos pagos no mês de referência
--	--	--	--	--	------------------------------------------------------------

- XIII. Constituir um processo de planejamento Inter setorial da política no novo ciclo do PPA (2016/2019) para fortalecer a capacidade de coordenação da política pela SENAD.

**Análise situacional:** O exercício de 2015 foi o último ano do PPA 2012/2015 e aproveitando o momento de um novo ciclo, a Senad se propôs a articular com os ministérios que atuam nessa área um programa intersetorial de política sobre drogas no âmbito do novo PPA. Assim, foi constituído o programa 2085, que integra o Plano Plurianual 2016/2019 e tem a participação de vários ministérios que atuam no tema.

- XIV. Analisar e melhorar procedimentos inerentes aos processos de parceria formalizados por meio de convenio.

**Análise situacional:** Ao longo de 2015, foram mapeados os procedimentos inerentes aos processos de parceria formalizados por meio de convênios e identificadas oportunidades de melhoria, construindo-se um diagnóstico. Como resultado, formulou-se um plano de ação que começou a ser implementado em 2015. Para o exercício 2016 há a previsão da conclusão de 80% do plano, chegando a 100% em 2017. Algumas melhorias de aplicação imediata foram implementadas, como: publicação de guia de recebimento de projetos cuja origem seja emenda parlamentar, estratégia de análise de projetos compartilhada por diferentes áreas da Secretaria. Tendo em vista ser uma agenda de melhoria da gestão, há dificuldade em conciliar o investimento necessário para a sua implementação com as atividades comuns do ciclo anual da política em que todas as equipes envolvidas têm seu trabalho comprometido.

### 3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Ao longo do exercício de 2015, o Ministério da Justiça elaborou em conjunto com suas secretarias o planejamento estratégico da instituição para o período de 2015/2019. Dentro do plano estabelecido, foi inserido como um dos objetivos estratégicos do MJ, e especificamente da Senad, a promoção da gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas. Após inúmeras discussões, três projetos desta Secretaria foram considerados essenciais para o seu alcance: 1) Regulação e qualificação dos serviços de acolhimento prestados por Comunidades Terapêuticas; 2) o Portal de Capacitação Permanente; 3) Projeto Redes. A Secretaria Executiva do Ministério promove reuniões mensais para discutir com os demais atores envolvidos na execução do plano estratégico. A Secretaria iniciou em 2016 a elaboração do plano tático e operacional para o mesmo exercício e para o de 2017.

### 3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Senad tem a missão institucional de articular e coordenar as políticas públicas sobre drogas na esfera federal, bem como em outros níveis de governo. Para perseguir a sua razão de ser e concretizar os objetivos planejados e executados em 2015, descritos no subtópico 3.1.2, descrição sintética dos objetivos do exercício, foram baseados nas metas dos objetivos do programa 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas – do PPA 2012/2015. Assim, as ações executadas ao longo desse ano e nos últimos três têm relação direta com o PPA vigente à época, bem como se relacionam com as competências legais da Secretaria, como: articular e coordenar as atividades de prevenção do uso, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, definir estratégias e elaborar planos, programas e procedimentos, na esfera de sua competência, para alcançar os objetivos propostos na Política Nacional sobre Drogas e acompanhar a sua execução, firmar contratos ou celebrar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com entidades, instituições ou organismos nacionais e, mediante delegação de competência, propor com os internacionais, na forma da legislação em vigor; todas elas descritas no Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, especificamente no artigo 38-A de seu Anexo I.

Assim como no PPA 2012-2015, no PPA 2016-2019, formulado ao longo do último exercício, o programa 2085 “Redução do impacto social do álcool e outras drogas: prevenção, cuidado e reinserção social.” está completamente alinhado à missão institucional da Secretaria. Na formulação do próximo ciclo de planejamento plurianual, o programa tornou-se intersetorial, com a participação de vários ministérios, reforçando o papel de articulação e coordenação da política sobre drogas que cabe à Senad em âmbito federal.

### 3.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.

A SENAD acompanha e monitora o cumprimento dos objetivos e gera informações úteis à tomada de decisões por meio dos sistemas utilizados pela Administração Pública Federal, como SICONS, Siasg, SIOP, Siafi e outros. Além desses, utiliza o sistema de gestão dos contratos de financiamento de vagas em comunidades terapêuticas (SISCT), implementou o Projeto Redes, o qual monitora e auxilia a execução de projetos em âmbito local. Por fim, vários projetos desta Secretaria são monitorados por reuniões mensais e semanais com os seus parceiros, bem como exige a elaboração de relatórios sobre o andamento de sua execução.

## 3.2 Desempenho Orçamentário

### 3.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

O planejamento do PPA 2012-2015 foi desenvolvido em um contexto de consolidação do caráter intersetorial da política sobre drogas em âmbito federal. No ano de 2010, havia sido publicado o Decreto nº

7.179/2010 que instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, e assim, o Comitê Gestor e o Grupo Executivo responsáveis por formular e executar a política sobre drogas do governo federal. Esses colegiados reúnem os principais ministérios responsáveis pela execução da política: Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, além do Ministério da Justiça. Durante o ano de 2011, paralelamente ao planejamento do PPA, também foi planejado de forma intersetorial o programa "Crack, é Possível Vencer", que consolidou as principais ações da política sobre drogas no quadriênio passado.

Os diagnósticos formulados à época de planejamento do PPA apontaram o álcool como a droga de maior incidência e impacto negativo sobre a sociedade brasileira, mas identificavam também o crack como fator crescente de atenção social em relação aos problemas decorrentes do seu uso. O programa 2060 - "Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas"- reuniu o conjunto de ações que a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas propôs realizar entre os anos de 2012 e 2015 no contexto do programa intersetorial "Crack, é possível vencer". Essas ações têm caráter de articulação, inovação ou execução direta da política pela secretaria e podem ser agrupadas em ações de prevenção, formação, cuidado e ações de gestão da política sobre drogas.

O programa é constituído por dois objetivos, que estão integralmente sob a responsabilidade da Senad. O primeiro, 0912, "Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada, atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas". O segundo, 0923, "Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuários de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – SISNAD".

Para o objetivo 0912, foram estabelecidas 16 metas visando o seu alcance. Abaixo segue a relação das metas e suas análises situacionais, e como foram alcançadas no exercício de 2015.

- I. Implantar/manter 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam na segurança pública, no Ministério Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, com usuários de Crack e outras drogas e seus familiares - Plano Crack, É Possível Vencer!

Quadro 7 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Meta Quantitativa	Unidade medida	Prevista até 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização
	Centros Regionais de Referência	65	10 novos 53 renovados	63	96,92

**Análise situacional:** Em 2013 foram implantados 51 CRR em todo o país, oferecendo 27.900 vagas. Em 2014, após a publicação do Edital nº 08/2014 Senad/MJ, 10 novas instituições que submeteram projetos de formação por meio de CRRs receberam recursos da Senad para oferta dos cursos. Nesse ano, 44 CRRs estavam vigentes. Em 2015, ainda em atendimento ao Edital nº 08/2014, a

Senad manteve instrumento de parceria com 63 CRRs, ofertando mais de 22.000 vagas em cursos relacionados à política de drogas. Destes, 53 foram instrumentos de renovação de cursos e 10 relativos a novos centros. Nesse exercício foram implementadas algumas ações nos CRRs contratados por meio do edital de 2014, com mudanças na diretrizes dos processos formativos. Tais alterações permitiram uma maior integração dos processos formativos com as demandas de gestores municipais das políticas relacionadas ao tema drogas. Além disto, contribuíram para a articulação intersetorial por meio de processos formativos conjuntos entre serviços de atendimento diferentes e aproximaram-se da prática, impondo-lhes limite para atividades teóricas de formação.

- II. Ofertar 120 mil vagas de capacitação para conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades – Plano Crack, É Possível Vencer.

Quadro 8 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Meta Quantitativa	Unidade medida	Prevista até 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização
	Vagas	120.000	40.000	135.000	112,5

**Análise situacional:** O curso de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação à distância, cujo objetivo é o fortalecimento da rede prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas por meio da capacitação dos diversos conselheiros municipais e estaduais e líderes comunitários. No 1º semestre de 2015, este Curso foi remodelado em uma nova proposta pedagógica de autoformação na qual o cursista é responsável por gerir o seu processo de aprendizagem, a partir das escolhas que faz ao acessar os conteúdos do Curso. Nesse modelo de formação o cursista tem espaço para exercer sua autonomia e, na interação com os outros cursistas, construir percursos de aprendizagem individual e coletivo. Acredita-se que tal remodelagem e a absorção de novas metodologias de aprendizagem contribuíram para que a Senad tenha alcançado a meta de 40.000 pessoas inscritas em 2015.

- III. Ofertar 30 mil vagas de capacitação para lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade - Planos Crack, é possível vencer.

Quadro 9 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Meta Quantitativa	Unidade medida	Prevista até 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização
	vagas	30.000	0	20.000	66,66

**Análise situacional:** O curso foi dirigido a lideranças religiosas e movimentos afins, concedendo certificação de extensão universitária. O curso foi de inscrição gratuita, sendo disponibilizado na modalidade de educação à distância. Seu objetivo foi ampliar o conhecimento técnico sobre drogas, qualificar o acolhimento dos membros da comunidade e mobilizar a rede de serviços disponíveis para a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários de drogas e dependentes, bem como o apoio aos familiares. Foram ofertadas 5.000 vagas em 2012 e 15.000 vagas

em 2013. Outras 15.000 vagas, originalmente previstas em 2014, não foram ofertadas, em função da baixa procura nas primeiras edições, sendo transferidas para o curso SUPERA. Assim como em 2014, também não foram ofertadas vagas em 2015 para esse curso, sendo novamente transferidas para o SUPERA.

- IV. Ofertar 30 mil vagas de capacitação para profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional - Plano Crack, É Possível Vencer!

Quadro 10 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Meta Quantitativa	Unidade medida	Prevista até 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização
	vagas	30.000	15.000	50.000	166,66

**Análise situacional:** O curso SUPERA - Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas - encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento, de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação à distância (EAD) é oferecido pela Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP. Disponibiliza técnicas de abordagem, detecção do uso abusivo e dependência de crack, álcool e outras drogas, aconselhamento motivacional, intervenção breve, entre outros temas. Destina-se a profissionais de saúde e de assistência social, que atuam no tratamento e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas. Tem carga horária de 120h/aula e duração de 04 meses. Em 2015, 15.000 pessoas foram matriculadas na 8ª edição do Curso Supera, tendo seu início em novembro/2015 e com previsão de término em março de 2016. Devido ao grande número de pessoas que manifestaram interesse no Curso (69.000 pessoas pré inscritas), a Senad efetivou um Termo Aditivo à Cooperação com a UNIFESP para oferta de novas 10.000 vagas em 2016 e 10.000 vagas em 2017. O curso SUPERA, por se tratar de uma formação que abrange encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento, obteve grande procura por profissionais da saúde e assistência social, inclusive, superou a meta prevista em mais de 100%. Ao final do ciclo do PPA, foi possível concluir que o SUPERA tem apresentado uma demanda constante por vagas, o que revela uma provável boa avaliação de ex-alunos que indicam o curso para seus colegas.

- V. Ofertar cursos de capacitação para 210 mil educadores de escolas públicas, da Educação Básica, para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas e de comportamentos de risco entre crianças, adolescentes e jovens, no contexto escolar - Plano Crack, É Possível Vencer.

Quadro 11- Meta Quantitativa Não Regionalizada

Meta Quantitativa	Unidade medida	Prevista até 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização
	vagas	210.000	0	204.000	97,42

**Análise situacional:** O programa é um curso de extensão universitária, gratuito, na modalidade de EAD, dirigido a educadores do ensino básico sobre temas referentes à prevenção do uso e abuso de crack e outras drogas, no contexto escolar. O curso tem carga horária de 180h/aula, duração de 7 meses, sendo 120h/aula de teoria para elaboração de projeto de prevenção a ser implementado, de modo prático, na escola; e 60h/aula para implantação do projeto elaborado pelo grupo de educadores. Até o final do ano de 2012 foram disponibilizadas 96.770 vagas do curso no módulo ofertado pela Universidade de Brasília (UnB). Em dezembro de 2013, foram ofertadas mais 70.000 vagas distribuídas da seguinte forma: Universidade de Brasília (50.000 vagas); Universidade Federal de Juiz de Fora (10.000 vagas); e Universidade Federal de Santa Catarina (10.000 vagas). No primeiro semestre de 2014, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal de Goiás ofertaram mais 38.000 vagas, por intermédio do Ministério da Educação. Assim, no período compreendido entre 2012 e 2014, já foram ofertadas 204.770 vagas para educadores. No ano de 2015 estava prevista nova oferta de vagas para o Curso Educadores de Escolas Públicas, a ser conduzida pelo MEC com recursos oriundos da Senad. O deslocamento da execução integral deste curso para o MEC visa à consolidação da referida formação no âmbito daquele Ministério enquanto política continuada de formação. Apesar dos esforços mantidos entre os dois órgãos, não foi possível realizar a oferta na forma planejada, devido aos prazos para transferência e utilização de créditos orçamentários pelas Universidades. A oferta de capacitação EAD para quase 210 mil educadores de escolas públicas no Brasil representou um enorme desafio para a Senad e MEC. Desta forma foi necessário descentralizar a oferta de vagas por meio de um grupo de universidades federais, regionalizando a oferta de vagas. Esta descentralização somente foi possível devido a utilização de mecanismos institucionais do MEC de formação continuada para professores, o que contribuiu para internalizar o processo no sistema de educação. Por outro lado, em 2015 houve um processo de reformulação da formação de professores no MEC, o que deixou provisoriamente suspensa a continuidade do curso. Por parte da Senad, há um entendimento de que o curso atual, de caráter geral e formativo, deve ser complementado por capacitação em metodologias de atuação nas escolas para prevenção. Diante desta situação, será necessária nova pactuação com o MEC para definir conteúdo e implementação da proposta.

- VI. Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros. PLANO CRACK É POSSÍVEL VENCER!

Quadro 12 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Meta Quantitativa	Unidade medida	Prevista até 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização
	vagas	3.000	1142	3.542	118%

**Análise situacional:** O curso, realizado em parceria com o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visou capacitar policiais rodoviários federais para atuarem tanto na prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas como também na fiscalização do uso dessas

substâncias psicoativas associado à condução veicular e ao trânsito nas rodovias federais, bem como realizar projeto de pesquisa específica, no período do projeto, para avaliar a efetividade dessas intervenções, tanto no policial quanto no motorista e no trânsito, como também o conhecimento das dificuldades de fiscalização de consumo de substâncias psicoativas nas rodovias. Da formação dos 50 instrutores previstos, 30 foram efetivamente capacitados. Ao final de 2014, dois mil e quatrocentos policiais foram capacitados, distribuídos em todos os estados brasileiros. Em 2015 foram capacitados 1142 policiais por ocasião de sua formação inicial ao ingressarem na PRF, perfazendo um total de 3.542 pessoas capacitadas no período de 2012/2015, ultrapassando a meta prevista que era a oferta de 3000 vagas. Ao final do período do PPA, foi possível afirmar que a execução da meta contribuiu para que os policiais estejam mais bem preparados para lidar com motoristas que são flagrados alcoolizados ao volante.

- VII. Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social.

Quadro 13 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Meta Quantitativa	Unidade medida	Prevista até 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização
	vagas	-	22.000	49.00	-

**Análise situacional:** O objetivo da capacitação é auxiliar profissionais no enfrentamento diário dos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas. A capacitação deu-se por meio dos Centros Regionais de Referência implantados para capacitação presencial de profissionais, desde o início do Plano Crack. Até dezembro/2014, foram ofertadas 27.000 vagas. Ao longo do ano de 2015 foram ofertadas 22 mil vagas de capacitação presencial. A avaliação da meta, ao final do ciclo, é a mesma que a realizada na meta relacionada à implantação e manutenção dos CRRs, ou seja, em 2015 foram implementadas algumas ações nos CRRs contratados por meio do edital de 2014, com mudanças na diretrizes dos processos formativos. Tais alterações permitiram uma maior integração dos processos formativos com as demandas de gestores municipais das políticas relacionadas ao tema drogas, além disto, contribuíram para a articulação intersetorial por meio de processos formativos conjuntos entre serviços de atendimento diferentes e aproximaram-se da prática, impondo-lhes limite para atividades teóricas de formação.

- VIII. Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas - Plano Crack, é possível vencer!

Quadro 14 - Meta Quantitativa Não Regionalizada

Meta Quantitativa	Unidade medida	Prevista até 2015	Realizada em 2015	Realizada até 2015	% Realização
	vagas	20.000	0	10.300	51,5

**Análise situacional:** Curso de extensão universitária gratuito, executado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), na modalidade de EAD, para capacitação em conceitos básicos, tratamento e reinserção social para líderes, terapeutas e gestores de CTs. O foco da capacitação foi voltado tanto



para recuperação clínica como para reabilitação e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas. Em dezembro de 2013 teve início uma edição do curso para 10.300 alunos inscritos, com encerramento das atividades, no ambiente virtual, em junho de 2014. Estava prevista a realização de uma segunda edição desse curso, em 2014, para completar a meta de 20.000 vagas ofertadas, entretanto, em função da baixa procura, as vagas restantes foram transferidas para o curso SUPERA. Como em 2014, as vagas originalmente previstas para este Curso em 2015 não foram ofertadas, em função da baixa procura de cursistas com o perfil específico indicado nas primeiras edições, sendo transferidas para o curso SUPERA. Ao longo do ciclo do PPA foi possível identificar que cerca de metade dos alunos inscritos não trabalhava em CTs, o que indicava que a demanda era menor do que o esperado por parte das CTs, mesmo com a excelente divulgação, com forte participação de federações de CT's. Além disto, houve problemas na execução do curso por dificuldades de gestão do parceiro, que não comprometeram a qualidade, mas geraram atrasos e demandaram um alto custo de supervisão por parte da Senad.

- IX. Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo em todos os estados e Distrito Federal.

**Análise situacional:** A meta pactuada foi cumprida e superada. Em parceria com o Ministério da Saúde foram aplicadas e adaptadas ao contexto brasileiro três metodologias de prevenção ao uso de álcool e outras drogas. metodologia Good Behavior Games, na versão brasileira do programa, denominada Jogo Elos, foi implementada em varios Municípios, em 2015 foi contemplado pelo programa um total de 2.601 educandos em 41 escolas. Além disso, foi implementada, a metodologia Strengthening Families Programme, na versão brasileira denominado Fortalecendo Famílias (PFF) , em 2015 um total de 366 famílias concluíram o programa (em 50 grupos conduzidos por 184 facilitadores certificados). Por ultimo, a metodologia Unplugged, denominada #Tamojunto e destinada a educandos da 7ª série/8º ano, na idade de 13-14 anos, foi implementada em diversos municípios, alcançando 19.273 educandos de 185 escolas que participaram do programa. Para a implementação dos programas e com o objetivo de alcançar um elevado grau de capacidade instalada, foram realizadas: formação dos professores e profissionais de saúde, educação e assistência social (Estadual e Municipal), promoção de atividades de intersetorialidade, adaptação dos programas para a realidade e contexto brasileiro e criação de instrumentos de monitoramento e processos da expansão do programa com qualidade (acompanhamento dos professores, profissionais de saúde e assistência). Os principais desafios de implementação foram a articulação entre setores nos territórios e o cumprimento dos calendários e cronogramas no tempo previsto. Como metas regionalizadas os territórios incluíram essas ações nas metas do Programa Saúde na escola (PSE) e Programa Crack é possível vencer.

Em relação ao Portal do programa Crack É possível vencer, foram realizados mais de 3 milhões de acessos no período compreendido entre 2012-2015.

- X. Realização permanente de campanhas publicitárias de utilidade pública (PUB's) sobre o tema drogas.

**Análise situacional:** Em 2015, foi realizada uma nova versão da Campanha de Carnaval "Bebeu, Perdeu", visando coibir o uso de álcool na adolescência. O material foi produzido pelo MJ com a divulgação da logomarca do Ligue 132, por meio de rádio e mídia social, durante o Carnaval de

2015, nas cidades de Salvador, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Diamantina e Ouro Preto, redutos tradicionais do carnaval nacional. Além disto, foi produzido material para o 14º Concurso de Monografias, que premiou os melhores trabalhos acadêmicos com o tema prevenção ao uso de álcool na adolescência. Desde 2012, a partir do incremento de recursos financeiros da Secretaria de Comunicação - Secom, que disponibilizou verba própria para as campanhas publicitárias da SENAD, foi possível realizar três grandes campanhas, quais sejam: Gaiolas (Programa Crack, é Possível Vencer) em 2013; Bebeu, Perdeu 2014; e Bebeu, Perdeu 2015. Além disso, foi possível realizar ações de menor impacto, porém com importância setorializada, como: divulgação do serviço Ligue 132 em Centros de Referência e Assistência Social - CRAS, Centros de Referência e Especializado de Assistência Social - CREAS e Centros de Atenção Psicossocial - CAPS por todo o país e via Internet; e divulgação do 14º Concurso de Monografias, congressos e outros eventos. A avaliação ao longo do ciclo 2012-2015 foi positiva, principalmente devido a aplicação de verba publicitária exclusiva para a área de Política sobre Drogas, numa parceria.

- XI. Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias - Plano Crack, É Possível Vencer.

**Análise situacional:** O cumprimento desta meta foi planejado por meio da realização de um curso que foi precedido de seminários de mobilização do público realizados ao longo de 2014 e 2015. No ano de 2015 foram ofertadas 30.000 vagas para este curso, sendo que as atividades foram iniciadas em novembro de 2015, com previsão de término em março de 2016. O recente debate em torno da legislação de drogas no STF demonstrou que esse é um tema ainda controverso e cercado de questionamentos mesmo no campo jurídico. A oferta deste tipo de curso ao longo do ciclo do PPA contribuiu para o aprimoramento da temática para esse público. Ao final do ciclo, houve uma avaliação da meta e concluiu-se que não foi possível atingir o público de juízes, promotores e defensores públicos conforme planejado. A conclusão é que no próximo ciclo do PPA 2016-2019 haja um foco na busca de parcerias com instituições de classe e ligados ao judiciário para ofertar formação inserida nos processos formativos já existentes para esse público no âmbito do judiciário.

- XII. Criar curso técnico em reabilitação de dependência química

**Análise situacional:** O processo de formatação do curso técnico foi iniciado entre o Ministério da Justiça e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. Considerando que já foram criados cursos técnicos em dependência de drogas no país por outras instituições, o processo com o Instituto Federal foi interrompido e não há previsão para retomada deste tema.

- XIII. Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela.

**Análise situacional:** A partir de uma avaliação com o Ministério da Saúde, concluiu-se que seria mais adequado que essa meta fosse executada por meio do Programa PRÓ-SAÚDE, instituído por aquele Ministério em parceria com universidades públicas, o qual incentiva a inclusão da temática sobre drogas nos cursos de graduação. Foi pactuado com o MS que a meta será cumprida através do Programa Pró-Saúde daquele Ministério.

- XIV. Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano.

**Análise situacional:** Realização de Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas, com título de especialização, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), unidade de Ribeirão Preto - encontra-se em fase de inserção das informações no sistema SICONV, com vistas a formalização da nova parceria para capacitação de 45 alunos. Em 2014 o convênio com a USP-Ribeirão Preto estava em fase de formalização e em processo de inserção no SICONV. Devido a problemas burocráticos relacionados à aprovação da proposta de convênio para cumprimento da meta em referência, somente em 2015 o instrumento foi formalizado. A partir de 2016, será iniciada sua execução, com previsão de conclusão no final do 1º semestre.

- XV. Ampliação e manutenção do serviço Viva Voz (132) 24h como veículo para prestar informações e orientações sobre crack e outras drogas para usuários e familiares - Plano Crack, é possível vencer!

**Análise situacional:** No âmbito do Programa “Crack, é Possível Vencer!”, o serviço de utilidade pública de atendimento telefônico - VIVAVOZ (132), gratuito, com orientação e informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, disponível por 24 horas, em todos os dias da semana e feriados, oportuniza a oferta de auxílio na busca de locais de tratamento e outras informações. Importante destaque se faz à ampliação do número de atendimentos a usuários, familiares e público em geral. Durante todo o ano de 2013, foram protocoladas 284.228 ligações e realizados 40.733 atendimentos. Durante 2014, foram protocolados 229.828 ligações. Em 2015, foram protocoladas 232.585 ligações. No período de 2012-2015 foram protocoladas mais de 1 milhão de ligações. O serviço Ligue 132 tem qualificado um modelo de atendimento para a intervenção sobre uso de drogas e direcionamentos a serviços. Após avaliação observou-se a necessidade de reformular o modelo atual desse projeto para ampliar sua capacidade de atendimento. Assim, a partir de 2016, a perspectiva será contratar uma solução global para viabilizar a transferência do projeto inicial. Desta forma, a expectativa é consolidar essa ação da Senad e, conseqüentemente, condicionar o serviço a um novo cenário de novas demandas a partir de campanhas de mídia e intervenções em atendimentos por meio da central de voz e de multicanais.

Para o objetivo 0923 foram estabelecidas para o seu alcance 18 metas, abaixo segue a relação das metas e suas análises situacionais, e como foram alcançadas no exercício de 2015.

- I. Disponibilização de serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitem de afastamento do ambiente no qual se iniciou/desenvolveu e/ou estabeleceu o uso, abuso e/ou dependência de

substância psicoativa, como o crack e outras drogas, em âmbito nacional - Plano Crack, É Possível Vencer!

**Análise situacional:** Foram incluídos no programa “Crack, é Possível Vencer!”, além dos serviços de saúde e assistência social, os serviços de acolhimento prestados por comunidades terapêuticas, em busca da estruturação de uma rede de cuidado abrangente e que atenda às dimensões e necessidades em cada um dos municípios brasileiros. A Senad selecionou e contratou, por meio de 3 editais, entidades que ao longo dos anos de 2013, 2014 e 2015 chegaram a disponibilizar 8250 vagas de acolhimento. No ano de 2015, foram firmados 09 contratos. Ao final do ano de 2015, a Senad disponibilizava 7425 vagas contratadas com Comunidades Terapêuticas, o que representa 367 contratos de prestação de serviços de acolhimento ativos. Além das vagas provenientes dos contratos, ainda há 315 vagas disponibilizadas por meio de convênios com os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco. Além das novas contratações, houve a rescisão e/ou não renovação de 23 contratos. A meta de 10.000 vagas contratadas não foi atingida em sua integralidade por motivos de limitação na capacidade de gestão de contratos, que são geridos centralizadamente, e pelo fluxo natural de descontinuidade de contratos que não atenderam às expectativas contratadas. No próximo ciclo do planejamento plurianual 2016-2019, a Senad/MJ traçou como meta avaliar e qualificar os serviços prestados pelas comunidades terapêuticas contratadas pelo governo federal. Esse planejamento inclui a construção de critérios abrangentes para a avaliação dos serviços prestados por essas instituições e sua aplicação sistemática, intensificação da fiscalização da execução dos contratos, acordos para a regulação local do acesso às vagas oferecidas e ofertadas de qualificação dos serviços por meio de capacitação e outras ferramentas que serão desenvolvidas.

## II. Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país.

**Análise situacional:** Foi firmado termo de cooperação com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA para a realização de uma pesquisa que irá traçar o perfil das comunidades terapêuticas e seus respectivos usuários. A pesquisa de campo iniciou-se no primeiro semestre de 2015. No final de 2015, deu-se início a coleta de dados junto às 660 comunidades terapêuticas – CT’s selecionadas. Destas, 371 correspondiam a CT’s contratadas pela SENAD. Reuniões têm sido feitas com o IPEA no intuito de discutir os resultados preliminares. Além disso, a partir de fevereiro de 2016 ocorrerá a segunda parte da pesquisa: estudo qualitativo etnográfico junto à 9 Comunidades nas cinco regiões do país. A conclusão da pesquisa no ano de 2015 não foi possível devido a problemas burocráticos que impediram sua conclusão até o final de 2015. Os resultados alcançados com a pesquisa serão importantes insumos para o compromisso assumido no PPA 2016-2019 relativo ao processo de qualificação dos serviços prestados pelas CT’s contratadas pela SENAD, que envolverá uma maior aproximação dos serviços prestados pelas CT’s junto a rede de serviços que contemplem saúde e assistência social. Estima-se que os resultados consolidados possam ser apresentados em um relatório final de pesquisa no segundo semestre de 2016.

## III. Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios.

**Análise situacional:** O Ministério da Justiça, em parceria com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, disseminou a metodologia Consultório de Rua na Bahia. Capacitou e supervisionou a atuação de quatro equipes interdisciplinares nas cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas. O Consultório de Rua é uma estratégia de atenção à saúde voltada para a população em situação de rua, exposta ao uso de substâncias psicoativas. Posteriormente,

o Ministério da Saúde inspirou-se nessa experiência para definir um novo serviço de atenção básica à saúde do SUS: o consultório na rua, hoje disseminado por todo o país. O Ministério da Justiça também está promovendo a disseminação da metodologia Lua Nova, por meio da qualificação dos programas de atenção a jovens mães usuárias de drogas e outras vulnerabilidades, desenvolvidas por organizações da sociedade civil e do poder público de treze municípios. A metodologia Lua Nova consiste em uma série de técnicas e práticas de inserção social de jovens mães usuárias de drogas e seus filhos, incluindo ações de geração de trabalho e renda, redução de danos e desenvolvimento comunitário. Um dos objetivos dessa metodologia é resgatar e desenvolver a auto-estima dessas jovens mães, facilitando sua inserção como multiplicadoras de um processo de transformação de comunidades em risco.

- IV. Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade.

**Análise situacional:** Interface junto às instâncias que se vinculam ou são responsáveis pela gestão governamental dos serviços de atenção - conselhos de drogas locais, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social - visando à atualização das informações disponibilizadas no Portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID). Disponibilização permanente no portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, de seção específica para busca de instituições de atenção, por tipo de atendimento - prevenção, tratamento, ensino e pesquisa, redução de danos - e dispostas por localidade. Além disso, têm sido realizado o cadastramento de novas instituições e a atualização dos dados das instituições previamente cadastradas. O serviço VIVAVOZ (132) utiliza essa base de dados para identificação e indicação de serviços a usuários e familiares. Não foram realizadas novas ações relativas a esta meta em 2015 pelo fato da mesma ter sido cumprida em 2014, com a efetiva disponibilização e atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas no OBID.

- V. Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas.

**Análise situacional:** Foi concluído em 2012 o mapeamento e geoprocessamento de instituições de atenção a usuários de drogas, por meio da revisão da base de dados de instituições de atenção para os estados da Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, além do Distrito Federal, tendo como base o levantamento de instituições realizado em 2006/2007; o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do Ministério da Saúde; a base de dados dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. O resultado desse mapeamento está disponível no endereço eletrônico <http://mapa-ad.ufrgs.br/>. Foi realizado, ainda, um censo das comunidades terapêuticas, de abrangência nacional. Não houve novas ações relativas a esta meta em 2015 pelo fato da mesma ter sido concluída. O georreferenciamento das CT's e demais serviços de atenção estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos <http://mapa-ct.ufrgs.br/> e <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/comunidades-terapeuticas.html>, sendo fundamental para a formulação de políticas pública e consulta da sociedade em geral.

- VI. Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a fomento da tutela cautelar.

**Análise situacional:** Dando continuidade às ações desenvolvidas no âmbito do programa “Crack, é possível vencer!”, o Ministério da Justiça vem fortalecendo o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, promovendo o aprimoramento de mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), estimulando as parcerias com os Estados e o Distrito Federal por meio da celebração de instrumentos de cooperação para a capitalização desse Fundo. O Funad, por meio de parcerias, tem realizado leilões de bens móveis e imóveis, perdidos em favor da União em sentenças judiciais transitadas em julgado, além de destinar bens in natura sob as modalidades doação e cessão. As alienações têm refletido certo incremento nas receitas (capitalização) do Fundo. Em 2015, foram 17 (dezesete) leilões, com a venda de 1.813 bens, com a arrecadação recorde de 8,3 milhões de reais. Houve um incremento das ações do Funad, tanto em relação ao número de alienação de seus bens, quanto ao resultado do valor da sua capitalização. No que tange ao fomento da aplicação de medida cautelar de alienação, impõe registrar a crescente ocorrência de aporte financeiro procedido pelo Poder Judiciário no curso das ações judiciais, consequência da gestão do FUNAD junto aos órgãos que compõem o SISNAD por intermédio de comunicações oficiais a respeito do tema. Ao final do ciclo foram realizados 45 leilões, com arrecadação de R\$ 23,5 milhões. Devido a complexidade deste tipo de operação e questões burocráticas que envolvem parcerias com outros entes federativos, conclui-se que o valor arrecadado superou as expectativas planejadas. Para o próximo ciclo, estão sendo articuladas parcerias com Receita Federal, Caixa Econômica, Incra e SPU com o propósito ampliar a capacidade de ação com relação a esse objetivo.

VII. Apoiar a instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção

**Análise situacional:** Foi firmado um Termo de Contribuição com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), da Organização das Nações Unidas (ONU), com vistas à continuidade das operações do Escritório no Brasil, e implantação e manutenção do Escritório de Ligação e Parceria (ELP), em Brasília. De acordo com os demonstrativos enviados pelo Representante do Escritório no Brasil, os recursos foram utilizados para o custeio da manutenção de estrutura física, de serviços de apoio e de pessoal do Escritório. Além disso, houve mudança e reforma para a instalação das novas dependências físicas do ELP. Ao longo dos anos de 2013-2015, a SENAD têm feito contribuições voluntárias que permitiram a manutenção do escritório durante esse período, até o ano de 2016. O apoio a manutenção do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) contribui para implementação medidas que refletem as três convenções internacionais de controle de drogas, as convenções que atuam contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção. Os três pilares do trabalho do UNODC são os seguintes: trabalho normativo, para ajudar os Estados na ratificação e na implementação dos tratados internacionais; pesquisa e análise para ampliar o conhecimento e a compreensão dos problemas relacionados às drogas e à criminalidade; e assistência técnica, por meio de cooperação internacional.

VIII. Articular a instituição de fundos sobre drogas em todas as Unidades da Federação, assim como fomentar a sua criação no âmbito dos municípios.

**Análise situacional:** No âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas Unidades da Federação. Existem atualmente 11 unidades federativas que instituíram fundos sobre drogas, a saber: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins. Atualmente, 26 Estados da Federação e o Distrito Federal possuem conselhos sobre drogas. Não houve alteração no ano de 2015 em face do cenário de 2014, tendo em vista que a constituição de fundos estaduais de drogas não é mais uma ação avaliada como fundamental pela SENAD. Contribuiu para essa decisão o fato de que os Estados têm arranjos institucionais distintos em relação às políticas sobre drogas. Além disso, os atuais mecanismos de financiamento de projetos e fomento da política têm se mostrado suficientes, de forma que não houve a instituição de novos fundos estaduais no período.

- IX. Desenvolver um sistema integrado de informações voltado para o acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito da Política Nacional de Drogas

**Análise situacional:** Realizou-se, com relação à essa meta, a implantação de sistema de gestão de financiamento de vagas em comunidades terapêuticas – CT's, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Em 2014, o sistema encontrava-se em produção, com cerca de 40 CT's sendo beneficiadas com o 1º módulo do software, que contempla o gerenciamento dos contratos e cadastro de CT's pela SENAD, o cadastro de acolhidos, o mapa de vagas e geração de faturas eletrônicas. Ao final de 2015, o sistema de gestão – SISCT, gerenciava 6639 vagas, o que representa 89 % do total de vagas contratadas com Comunidades Terapêuticas. Os principais módulos disponibilizados para os usuários do SISCT são os seguintes: cadastro de acolhidos, mapa de vagas, geração de fatura eletrônica, ferramenta de comunicação com as CT's, gerenciamento de contratos, relatórios gerenciais e auditoria. O SISCT representa um grande avanço na implementação e gestão de uma política pública voltada para o financiamento de vagas em CT's, tornando o processo mais eficaz e transparente. Para o ano de 2016, há previsão de integração com o setor financeiro, regulação das vagas pelo estados, biometria e fiscalização, além de contribuir para o processo de qualificação dos serviços prestados pelas entidades contratadas.

- X. Firmar acordos de cooperação do FUNAD com Estados da Federação e Distrito Federal

**Análise situacional:** O Ministério da Justiça conta com 15 (quinze) acordos de cooperação vigentes, cujo objetivo é a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), celebrados com as seguintes unidades federadas: Amazonas, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal. Os acordos têm concorrido para o incremento da capitalização do Funad, mediante a realização de leilões de bens declarados perdidos em favor da União-Funad, por sentenças judiciais transitadas em julgado, proferidas em processos-crime de tráfico ilícito de drogas, e o consequente aporte financeiro aos parceiros, visando ao fortalecimento institucional. Não obstante, há que se registrar duas situações que merecem atenção, em prol do aprimoramento das ações relacionadas à meta, quais sejam: a necessidade de interlocução com os estados que ainda não pactuaram ou tiveram

a vigência dos instrumentos expirada sem a consecução do objeto e a conscientização aos estados que pactuaram para a imprescindibilidade da interação dos partícipes - Poder Executivo, Judiciário e Ministério Público na concretização do objeto, visando à implementação e ao fortalecimento da política pública sobre drogas.

- XI. Fortalecer a atuação dos conselhos estaduais, distritais e municipais de políticas sobre drogas e incentivar a instalação de órgão ou unidade responsável pela gestão da política sobre drogas nesses três níveis.

**Análise situacional:** O Ministério da Justiça vem estimulando as parcerias com os estados e o Distrito Federal a fim de celebrar instrumentos de cooperação para a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), bem como para o aporte financeiro junto aos parceiros, visando ao fortalecimento institucional. Ao final do ciclo 2012-2015, foram formalizados 18 convênios com conselhos estaduais (AC, AM, BA, DF, ES, GO, MS, MT, PA, PE, PI, RN, PR, RO, RS, SC, SP e TO), cujos objetos referem-se à reestruturação, fortalecimento e modernização de tais conselhos. As principais dificuldades relacionadas à execução da meta foram: dificuldade em padronizar os objetos e a busca de soluções efetivas em relação ao fortalecimento da atuação dos conselhos como agentes do controle social e fóruns de discussão das políticas sobre drogas. Além dos convênios, a SENAD tem realizado reuniões semestrais com os representantes dos conselhos estaduais sobre drogas, no intuito de discutir e compartilhar as ações da política sobre drogas do governo federal e as políticas implementadas em âmbito estadual.

- XII. Revisar e atualizar os marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas.

**Análise situacional:** No primeiro semestre de 2014, o Ministério da Justiça, por meio do Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD), constituiu um grupo de trabalho com integrantes de vários órgãos da Administração Pública Federal, para elaborar uma resolução que regulamenta a atuação das comunidades terapêuticas no país. Após um processo de elaboração que incluiu 2 audiências públicas, duas consultas públicas e repetidas reuniões, o texto da regulamentação foi publicado no 1º semestre de 2015 no DOU. A SENAD vem desde então participando de diversas reuniões e seminários para disseminar e debater a regulamentação do CONAD. O Ministério da Justiça vem atuando junto aos demais órgãos do Poder Executivo e do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento das normas correlatas. Em 2012, destaca-se a instituição da Lei nº 12.681, de 4/07/2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição da Lei nº 12.683, de 09/07/2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas. Atualmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o PLC 37/2013, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, entre outros dispositivos legais, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento



das políticas sobre drogas. . Ademais, o CONAD participa de grupo de trabalho constituído juntamente com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária para discutir critérios objetivos de distinção entre uso e tráfico de drogas na legislação penal. A revisão dos marcos legais contribui para a adequação da legislação em vigor no país frente às novas ações necessárias à redução do impacto social das drogas, sendo, portanto, uma ação permanente da Senad, com continuidade no PPA 2016-2019.

### XIII. Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos

**Análise situacional:** A rede de pesquisa foi criada a partir do estabelecimento de um Protocolo de Cooperação entre Brasil, representado pelo Ministério da Justiça e Portugal, representado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT). A Rede de Pesquisa propicia a convergência de informações e dados, permitindo maior interatividade entre os pesquisadores ou grupos de referência temática, criando um espaço de discussão de questões relevantes para o aprofundamento do conhecimento sobre álcool e/ou outras drogas e para a realização de investigações científicas. Em outubro de 2013, foi lançado um edital para premiação de pesquisadores, trabalhos científicos e de extensão, na temática crack e outras drogas. A cerimônia de premiação ocorreu durante as atividades do III Seminário Internacional da Rede de Pesquisa sobre Drogas, realizado nos dias 25 a 27 de novembro, em João Pessoa, nas seguintes categorias: Trabalho de Extensão dos Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas; Novo Talento de Iniciação Científica; Pesquisador Sênior; Pesquisador Mestrado; Pesquisador Doutorado; Tese de Doutorado; e Dissertação de Mestrado. Foi firmado termo de cooperação para a nova edição da Rede de Pesquisa, conduzida pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, mantendo a parceria e ampliando suas ações. Devido à complexidade do tema, foi necessário, desde o final do ano de 2014 e ao longo de 2015, a realização de uma série de discussões e tratativas junto à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e a Associação Mario Tannhauser de Ensino, Pesquisa e Assistência para a consecução da IV Rede de Pesquisa, o que impactou no não atingimento da meta ao final do ciclo 2012-2015. As tratativas e articulações continuam em curso para que a nova edição do projeto possa ocorrer em 2016.

### XIV. Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil

**Análise situacional:** Em novembro de 2013, foi realizado no Brasil o Encontro da UNASUL, com o objetivo de discutir estratégias para fortalecimento de uma Rede de Informação, a fim de promover o intercâmbio entre os países-membros acerca da situação do consumo e tráfico de drogas na América do Sul. Em agosto de 2014, em Montevideu, foi realizada nova reunião onde foi apresentada proposta de criação de um Observatório Latino-Americano, com vistas a rede de Informação. Em ambas reuniões estiveram presentes, além do Brasil, representantes da Argentina, Chile, Equador e Uruguai. O Brasil também se inseriu no Proyecto Cocaínas Fumables, conduzido pela Organização dos Estados Americanos e UNODC, que conta com a participação do Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina. O projeto prevê o desenvolvimento de cinco produtos: determinação do perfil químico da droga derivada da pasta-base de cocaína, consumida na forma fumada, nas diferentes regiões do continente; mapeamento da rede de cuidados; identificação de boas práticas no tratamento; desenvolvimento de

indicadores de populações vulneráveis; e comparação de diagnósticos de imagens cerebrais de pacientes em tratamento.. Após o encontro Binacional entre Brasil e Uruguai em dezembro de 2014, instituiu-se o estudo "Identificação de indicadores para o monitoramento e avaliação dos impactos da nova política uruguaia de regulação do mercado de Cannabis sobre a saúde pública e o consumo de drogas na zona de fronteira entre Brasil e Uruguai" em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e o IPEA. Em 2016, deve-se ter os primeiros resultados desta pesquisa que também será replicada de forma espelhada pelo Uruguai. Foi realizada reunião tripartite - Peru, Brasil e Bolívia - em julho de 2015, com ações de fronteira, de inteligência policial e financeira e de cooperação entre serviços de capacitação. Foi realizada reunião bilateral Brasil-Peru, em novembro de 2014, tratando de temas relativos a fronteira e cooperação policial. Finalmente, foram realizadas diversas reuniões no âmbito dos grupos regionais - Mercosul, Unasul e Celac - a fim de estabelecer posições conjuntas a respeito da Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas, a se realizar em 2016.

- XV. Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros).

**Análise situacional:** Dando continuidade ao Estudo do Crack, em 2015 foram consolidados os dados desagregados sobre o perfil e quantitativos de usuários entre as 27 capitais Brasileiras, além de um estudo qualitativo. Após essa consolidação, reuniões e discussões entre a equipe responsável da Fiocruz e a SENAD foram realizadas. No primeiro semestre de 2016, pretende-se obter as publicações em Português, Inglês e Espanhol desse material. Ainda em 2015, procedeu-se com a parte de coleta de dados do III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. Até o fim de 2016, espera-se obter o relatório final do Levantamento com informações atualizadas sobre a prevalência e tipos de uso de drogas no Brasil. O I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Carcerária Brasileira e o I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pelos Adolescentes e Jovens em Retrição e Privação de Liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo foram lançados por meio do Edital de Chamamento Público nº 03 de 2015. Em dezembro de 2015, estabeleceu-se uma Comissão Especial de Avaliação para analisar as propostas submetidas, consagrando a Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo como a vencedora do certame. No ano de 2015 ainda foram lançados outros dois Editais. O Edital de Chamamento Público nº 01/2015 destinou 5 milhões de reais para selecionar órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a realização de projetos de pesquisa na área de tratamento da dependência química mediante o emprego de substâncias, em uma das seguintes linhas de apoio: estudo básico, pré-clínico, clínico e/ou epidemiológico. Foram selecionados 8 projetos envolvendo diversas substâncias a exemplo de: Ayuasca, Cannabis, Modafinila, Ocitocina, Canabidiol, Biperideno etc. O Edital de Chamamento público nº02/2015 destinou 800 mil reais para selecionar órgão ou entidade pública ou privada sem fins lucrativos para a realização de análises estatísticas sobre os dados nacionais, com a finalidade de reportar a situação no Brasil da oferta, da demanda de drogas e suas conseqüências, por meio da elaboração do II Relatório Brasileiro sobre Drogas. A vencedora do certame foi a Universidade Federal

de São Paulo. A realização de estudos e o financiamento de pesquisas fazem parte de uma política permanente da Senad e contribui para a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção, atenção e reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Portanto, ao longo da execução do próximo PPA, além das novas pesquisas e estudos que serão financiados, os atuais serão continuados.

XVI. Criação de Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários nas diferentes regiões do país.

**Análise situacional:** No ano de 2015 a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo iniciou, no âmbito do convênio "Centro Colaborador" com a Senad, curso de especialização em Dependência Química para servidores de um consórcio de municípios da região da Grande São Paulo, o CIOESTE, completando metas estabelecidas no quesito formação. No que se refere à meta de construir e equipar unidade hospitalar para dependentes químicos, não houve evolução. A construção está a cargo do Governo Estadual de São Paulo, que não iniciou a obra. A compra dos equipamentos, com recursos do convênio firmado entre Senad e Faculdade de Medicina da USP, só será realizada ao final da construção da unidade. O início do funcionamento da enfermaria feminina da unidade hospitalar do centro colaborador de Porto Alegre (UFRGS) segue dependendo da definição de seu custeio pelo SUS. O apoio aos dois centros colaboradores visou dar condições de infra-estrutura para impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento de propostas de intervenção no campo das drogas nessas duas localidades. A dimensão dos projetos faz necessária a contribuição de outros parceiros de instâncias estaduais e federais. Por essa razão, não houve ainda o pleno aproveitamento dos recursos investidos pela Senad, o que deve ocorrer em futuro próximo, dependendo do compromisso de outros entes federativos. No campo da formação, o financiamento da Senad aos dois centros colaboradores resultou em ganhos concretos. O impulso recebido pelos centros permite que busquem novos financiamentos para formação e pesquisa através dos mecanismos regulares já existentes da própria Senad e de outras agências governamentais.

XVII. Instalação de um sistema de monitoramento do uso e tráfico de drogas.

**Análise situacional:** Realizado diagnóstico dos países da América Latina, sob a coordenação do Brasil, a fim de delimitar a situação e as diretrizes essenciais para o estabelecimento de fontes, indicadores, metodologia, parceiros e articulação governamental com vistas à construção de um sistema de alerta precoce que possibilite a identificação de consumo, tráfico e surgimento de novas drogas. Atualmente, o projeto encontra-se em fase de definição de diretrizes de participação e responsabilidades junto a dois outros órgãos federais (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Departamento de Polícia Federal - DPF). Devido a complexidade que envolve o desenvolvimento e implementação de tal sistema, a articulação e consolidação da implementação desse sistema esteve em progresso durante o ano de 2015, o que impactou no não cumprimento da meta no final do ciclo do PPA 2012-2015.

XVIII. Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e

fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas.

**Análise situacional:** Financiamento de pesquisas e projetos de extensão dos Centros Regionais de Referência em Crack e outras Drogas (CRR), por meio do projeto Rede de Pesquisa sobre Drogas, nos temas: medidas socioeducativas; métodos de treinamento de equipes de saúde e assistência social; prevenção; tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas. Formação de novos pesquisadores por meio da oferta de 35 vagas de especialização do Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas. Apoio financeiro ao Programa de Mestrado Profissional em Prevenção e Assistência a usuários de álcool e outras drogas, conduzido pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre, visando à formação de profissionais que exercem atividades relacionadas à gestão pública, prevenção e assistência a usuários, tanto em ambientes ambulatoriais quanto em internações hospitalares. Não houve incentivo de novos projetos relacionados a essa meta no ano de 2015 e sim a manutenção e continuidade daqueles que foram apoiados em 2014. As ações realizadas nesta meta contribuíram para o fortalecimento da rede de estudos e pesquisas, voltadas para a prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de drogas.

#### 3.2.1.1 Visão gerencial de como foi a execução dos programas temáticos e dos objetivos PPA

O programa 2060 - “Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas” - reuniu o conjunto de ações que a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas propôs realizar entre os anos de 2012 e 2015 no contexto do programa intersetorial “Crack, é possível vencer”. Essas ações têm caráter de articulação, inovação ou execução direta da política pela secretaria e podem ser agrupadas em ações de prevenção, formação, cuidado e ações de gestão da política sobre drogas.

Em relação à prevenção, foi planejado um conjunto de ações dentre as quais destaca-se: a continuidade e intensificação da disponibilização de curso de extensão universitária, na modalidade EAD, dirigido a educadores do ensino básico sobre temas referentes à prevenção do uso e abuso de crack e outras drogas, no contexto escolar; e a ampliação e qualificação do serviço Ligue 132, que é um serviço telefônico para a intervenção sobre uso de drogas e direcionamentos a serviços.

Os resultados foram a oferta de mais de 204 mil vagas de formação para educadores do ensino básico sobre temas referentes à prevenção do uso e abuso de crack e outras drogas, incluindo um módulo final de projeto de prevenção a ser implantado na escola do docente, e o registro de mais de 1 milhão de ligações para o serviço Ligue 132, ofertando intervenção sobre uso de drogas e direcionamentos a serviços.

Além do inicialmente planejado, merecem destaque iniciativas que desenvolveram-se ao longo desses 4 anos e que já acumulam aprendizados que se refletem no planejamento dos próximos 4 anos. Essas iniciativas são: edital “Viva Jovem”, de 2014, para seleção de iniciativas locais inovadoras para prevenção ao uso nocivo de drogas tendo como instrumentos ações de esporte e cultura (43 projetos que estão sendo implementados e acompanhados); a seleção, adaptação e implementação experimental, em colaboração à iniciativa da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, de 3 metodologias de prevenção nas escolas e com

famílias que destacam-se como ferramentas promissoras para as ações de prevenção do governo federal no próximo quadriênio.

Em relação às ações de formação de profissionais ou voluntários que atuam em atividades relacionadas à drogas, planejou-se um conjunto de ofertas dentre as quais destaca-se: a criação e manutenção de 65 Centros Regionais de Referência, em parceria com instituições de ensino superior públicas, para formação permanente de forma presencial, dos profissionais que atuam com usuários de drogas e seus familiares na segurança pública, no Ministério Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social; oferta de curso de extensão universitária, na modalidade EAD, para aplicação adequada da Lei 11.343/2006, destinado a juízes, promotores, defensores públicos e profissionais que atuam na área psicossocial dos Juizados Especiais Criminais e Varas da Infância e da Juventude; oferta de curso de extensão universitária, na modalidade EAD, para capacitação em conceitos básicos, tratamento e reinserção social para líderes, terapeutas e gestores de comunidades terapêuticas; oferta do curso de extensão universitária “SUPERA - Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento”, na modalidade EAD, para profissionais de saúde e de assistência social, que atuam no tratamento e reinserção social de usuários de drogas; oferta de curso de extensão universitária, na modalidade EAD, com objetivo de fortalecer rede de prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas por meio da capacitação dos diversos membros de conselhos municipais e estaduais e líderes comunitários. Como resultado desse conjunto de ações ofertou-se mais de 500 mil vagas de formação na temática de álcool e outras drogas para os diferentes grupos de profissionais ou voluntários que atuam com o tema. Além do planejado, a Senad /MJ tem ajustado a sua política de formação para atuar em parceria com os ministérios relacionados ao tema e que tem em sua rede de serviços muitos profissionais que demandam formação na temática sobre drogas. Merece destaque a parceria com o ministério da educação, que já resultou em descentralização do modelo de formação para os agentes que conduzem toda a política de formação de professores. Nesse sentido, a Senad projeta para o próximo quadriênio a inauguração de plataforma de educação permanente na temática sobre drogas com ferramentas que permitam a auto-instrução aberta à todos e a formação acompanhada (com tutores) por meio de módulos específicos e dessa forma pretende intensificar a parceria com os ministérios que atuam na área para ofertar conteúdos a serem disponibilizados nos meios de formação setorial já mantidos por eles em suas políticas de formação.

Do planejado para as ações que são agrupadas como cuidado a usuários de drogas e suas famílias, destaca-se: a disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios; a disponibilização de serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitem de afastamento do ambiente no qual se desenvolveu a dependência de substância psicoativa; e a avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país. Como resultado das ações planejadas no âmbito do cuidado destaca-se: a identificação e avaliação de iniciativas como as dos consultórios de rua de Salvador/BA que foi modelo para oferta nacional do ministério da saúde para a saúde da população em situação de rua e a iniciativa da Lua Nova de Sorocaba/SP, que atua no acolhimento de jovens mães usuárias de drogas, e que é referência para serviço com foco nesse público que está sendo implementado na cidade do Rio de Janeiro/RJ; a oferta por contratação direta da Senad de cerca de 8.000 vagas acolhimento residencial transitório e que já beneficiou mais de 40.000 pessoas; e a avaliação que está sendo realizada, em parceria com o IPEA, dos serviços prestados pelas comunidades terapêuticas atuantes no território nacional e que deve ser publicada no ano de 2016. Outra ação que merece

destaque nesses últimos quatro anos foi a iniciativa da secretaria em fomentar, por meio de convênios, 23 experiências municipais de acompanhamento e inserção social de usuário de drogas em circunstância de alta vulnerabilidade social. Esses projetos tem sido desenvolvidos tendo como exemplo o programa “De Braços Abertos” implantado pela prefeitura de São Paulo/SP com a colaboração da Senad/MJ e que tem como diretrizes as ofertas de moradia e inserção no trabalho como estratégias de garantia de direitos e parte da estruturação de projetos de vida desses usuários.

Do conjunto de ações com o perfil de gestão da política sobre drogas, destaca-se do planejado: a realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis; a revisão e atualização dos marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas; e o apoio à instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção.

Podemos destacar como resultado no campo das pesquisas: a realização, em parceria com a FIOCRUZ, da “Pesquisa Nacional sobre o uso de Crack” divulgada em 2014, com ampla repercussão sobre a percepção da sociedade e dos gestores da política sobre drogas sobre o tema; a execução do “III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira”, em parceria com a FIOCRUZ, que está em fase de análise de dados e deve ter seus resultados divulgados ao longo de 2016, atualizando o panorama nacional de informações sobre o uso de drogas; a celebração de acordo com a Universidade Federal de São Paulo para a confecção do “II Relatório Brasileiro sobre Drogas”, a ser publicado em 2016; a contratação de 8 projetos de pesquisa na área de tratamento da dependência química mediante o emprego de substâncias, e que serão desenvolvidos até 2018; a elaboração técnica e contratação do que serão o “I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Carcerária Brasileira” e o “I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pelos Adolescentes e Jovens em Restrição e Privação de Liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo”, a ser realizado em parceria com a Faculdade de Medicina de São Paulo - USP. No campo normativo, destaca-se: a instituição da Lei nº 12.681, de 4/07/2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp); a instituição da Lei nº 12.683, de 09/07/2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas; a edição pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) da Resolução nº 1/2015, que regulamenta as atividades das comunidades terapêuticas no país. Além disso, merece destaque o apoio dado à manutenção do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) no Brasil que contribui para implementação medidas que refletem as três convenções internacionais de controle de drogas, as convenções que atuam contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção e que oportuniza ambiente de cooperação internacional sobre o tema o qual beneficia a formulação e avaliação de políticas públicas sobre drogas no Brasil.

Além do inicialmente planejado sobre a gestão da política sobre drogas, cabe destacar a iniciativa do “Projeto Redes” de fomento à integração intersetorial dos agentes da política sobre drogas em âmbito local. O projeto consiste em apoio qualificado do governo federal à municípios, na forma de equipe de apoiadores que permanecem nos territórios, buscando ajudar as gestões locais na institucionalização de mecanismos de atuação intersetorial, como comitês gestores da política, fórum de trabalhadores e usuários, dentre outros. Além desse benefício, o projeto configurou-se em importante ferramenta de interlocução qualificada entre o governo federal e os governos locais na implementação dos principais projetos da secretaria e do governo federal, como ações de

inserção social inovadoras, implantação de metodologias de prevenção, etc. Desta forma, o projeto redes coloca-se como importante ferramenta de governança da política sobre drogas no próximo quadriênio.

Ao avaliarmos o plano formulado no PPA 2012-2015 e a sua execução ao longo dos últimos anos, ficam evidentes os avanços pelos quais passou a política sobre drogas, ainda mais se ampliarmos o nosso foco de análise para o executado no âmbito do programa “Crack, é possível vencer”, programa intersetorial, representado aqui apenas pelas ações que foram de responsabilidade da SENAD/MJ. As ações contemplaram esforço de atuação em prevenção, cuidado, inserção social, pesquisa, articulação e formação, além do aprimoramento dos instrumentos da política e o ajuste no foco das ações a partir das informações produzidas por pesquisas e por avaliação das ações executadas. Ao planejar a política sobre drogas do próximo quadriênio, o governo federal conseguiu propor plano intersetorial, representado pelo “PROGRAMA: 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social” do PPA 2016-2019 que faz jus à prática de execução da política sobre drogas dos últimos quatro anos e dessa forma amplia-se a qualidade do planejamento, identificando ações individuais e conjuntas de ministérios da Justiça, da Saúde, da Assistência Social e Combate à Fome, da Educação, do Trabalho e da Secretaria de Direitos Humanos.

### 3.2.2 Execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual de responsabilidade da unidade

Quadro 15 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20R9					
Título	Prevenção do Uso e/ou abuso de Drogas					
Iniciativa	03UG - Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira, bem como capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas.					
Objetivo	Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada, atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. Código: 0912					
Programa	Coordenação de Políticas de Prevenção, atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas. Código: 2060 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	30912 - Fundo Nacional Antidrogas					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
133.903.543	128.903.543	46.342.328	5.190.116	4.555.648	634.468	41.152.212

Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		unidade	75.881	0	12.197	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
66.423.397	44.566.180	(-9.638.619)	Projeto apoiado	Unidade	87.500	
Identificação da Ação						
Código	20IE					
Título	Política Pública sobre Drogas					
Iniciativa	03X4 - Apoio a projetos estratégicos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.					
Objetivo	Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuários de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD. Código: 0923					
Programa	Coordenação de Políticas de Prevenção, atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas. Código: 2060 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	30912 - Fundo Nacional Antidrogas					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
187.095.235	186.295.235	103.918.071	10.940.380	10.015.468	624.912	92.977.691
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto apoiado		unidade	385.706	0	108.485	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



110.539.650	81.656.121	(-2.047.596)	Projeto apoiado	unidade	1.700.000
-------------	------------	--------------	-----------------	---------	-----------

Fonte: Controles Internos da Coordenação-Geral de Gestão do Funad.

### 3.2.2.1 Análise Crítica Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC

A execução orçamentária e financeira dos recursos alocados no Fundo Nacional Antidrogas (Funad), teve como escopo a conclusão das iniciativas, objetivos e metas estabelecidos no PPA 2012-2015, os quais foram traduzidos em duas ações, a saber: 20IE - Política Pública sobre Drogas e 20R9 - Prevenção do Uso e/ou abuso de Drogas.

As dotações do Funad apoiaram a manutenção de projetos estratégicos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, entre os quais destacamos: o Serviço "Ligue 132", com atendimento de 24 horas por dias e sete dias por semana destinados à população em geral e ao público específico; acolhimento residencial transitório de pessoas que fazem uso problemático de drogas em situação de vulnerabilidade social; capacitação presencial e a distância de agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad), sobre a temática "drogas"; produção de conteúdo para distribuição gratuita, visando a disseminação da Política Pública sobre Drogas, destinada a diversos públicos; e a implementação do projeto de articulação de redes para interlocuções intersetoriais de base territorial, visando à atenção as pessoas em sofrimento decorrente do abuso de crack, álcool e outras drogas; e pesquisas científicas na temática sobre drogas.

Os restos a pagar, inscritos e reinscritos garantem a execução de projetos em fase de execução, demandando da Unidade ajustamentos em instrumentos celebrados para continuidade dos mesmos.

Quadro 16 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	20EV			Tipo:	
Título	Enfrentamento do Crack e outras Drogas - Nacional				
Iniciativa	Enfrentamento ao Crack e outras Drogas				
Objetivo	Ações de enfrentamento ao crack e outras drogas – Decreto 7.179/2010.				
Programa	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas – Nacional (Crédito Extraordinário) - Código: 0665				
Unidade Orçamentária	20926 – Fundo Nacional Antidrogas (Funad)				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
10.000.000	0	0	Projeto Apoiado	Unidade	0

Quadro 3.3 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	20EV				Tipo:
Título	Enfrentamento do Crack e outras Drogas - Nacional				
Iniciativa	Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira, bem como capacitar diferentes atores sociais na temática drogas.				
Objetivo	Promover e articular ações articuladas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada, atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e a reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas - Código: 0912				
Programa	Coordenação De Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Droga Código: 2060 Tipo:				
Unidade Orçamentária	30912 – Fundo Nacional de Políticas sobre Drogas				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
27.883.717	6.918.136	157.719	Usuário atendido	Unidade	6.100

Quadro 17 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	4902				Tipo:
Título	Capacitação de Agentes dos Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas				
Iniciativa	Capacitar diferentes atores sociais na temática de Drogas				
Objetivo	Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.				
Programa	Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas - Código: 2060 Tipo:				
Unidade Orçamentária	30912 – Fundo Nacional Antidrogas (Funad)				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X )Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

5.035.599	2.771.007	0	Agente Capacitado	unidade	10.657
-----------	-----------	---	-------------------	---------	--------

Quadro 18 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	8236				Tipo:
Título	Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas				
Iniciativa	Apoio a projetos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas				
Objetivo	Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.				
Programa	Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas - Código: 2060				Tipo:
Unidade Orçamentária	30912 – Fundo Nacional Antidrogas (Funad)				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.128.708	86.666	1.620.000	Projeto	unidade	2

Quadro 19 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano X
2012-1	728.495	0	0	728.495
2013-2	7.599.544	2.857.673	1.620.000	3.121.871
2014-3	62.593.675	20.249.586	8.129.932	34.214.1571
2015-4	176.963.047	110.467.949	3.714.002	62.781.096
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano X
2012-1	261	0	0	261
2013-2	0	0	0	0
2014-3	532.380	492.179	40.201	0

2015-4	298.768	298.768	0	0
--------	---------	---------	---	---

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL

### 3.2.2.2 Análise Crítica Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos e reinscritos de exercícios anteriores consideram em sua execução as disposições contidas na Lei nº 4.320, de 17/03/1964; no Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, artigo 68, exceção contida no § 2º; e Acórdão 2659/2009- TCU-Plenário, sendo registrados em contas específicas no SIAFI a cada exercício financeiro.

A Unidade Orçamentária 30912 - Fundo Nacional Antidrogas (Funad) não tem sofrido prejuízos quanto à gestão financeira decorrente de limites estabelecidos para o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o limite de programação financeira contempla os valores cronogramados para esses pagamentos.

A permanência dos saldos inscritos e reinscritos em restos a pagar é justificada pela execução de transferências voluntárias decorrentes de emendas parlamentares, que em instrumento específico, quando da celebração, estabelece cláusulas de implemento de condição do início do projeto à liberação de limite financeiro, o qual demanda autorização da Secretaria de Governo da Presidência da República, considerando que os limites têm vinculação específica com as emendas parlamentares.

Os projetos financiados com recursos orçamentários e financeiros oriundos do orçamento destinado ao Funad, sejam eles configurados como contratos; convênios; termos de cooperação técnica; entre outros, estão em plena execução atendendo aos normativos legais e administrativos.

### 3.2.3 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

No exercício de 2015 foram canceladas dotações orçamentárias no montante de R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais), que reforçaram dotações consignadas no orçamento do Ministério da Justiça. Na ação 20R9 foi cancelado o valor R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerando a disponibilidade dos créditos e sua não execução no exercício financeiro de 2015. A ação 20IE teve parte dos créditos orçamentários cancelados (RP6 – orçamento impositivo) correspondente ao valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), referente à Emenda Parlamentar 28310015. A proposta para cancelamento e a efetivação teve iniciativa do autor da Emenda, Deputado Federal Ronaldo Fonseca, com a finalidade de transferir a execução da mesma para a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça.

O contingenciamento orçamentário estabelecido para toda administração federal afetou diretamente as ações previstas para o exercício financeiro de 2015. Contudo, a SENAD buscou equalizar os recursos de maneira a atender, o máximo possível, os projetos que impactam diretamente o público alvo da política pública. Usando critérios de abrangência nacional, a Secretaria conseguiu

destinar recursos para atender os diversos projetos voltados para prevenção, reinserção social e cuidado, que, considerando o cenário pouco favorável, conseguiu atingir as metas estabelecidas. Importante destaque se faz à racionalização dos meios e ao estímulo às parcerias, que contribuíram fortemente para o atingimento dos objetivos.

### 3.3 Execução Descentralizada Com Transferência De Recursos

Quadro 20 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS					
UG/GESTÃO:	200246/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	19	100	53	43.020.664,38	18.424.038,70	30.550.905,18
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	24	25	22	29.500.870,84	31.794.742,15	29.384.784,15
Totais	43	125	75	72.521.535,22	50.218.781,10	59.935.689,33

Fonte: Controles Internos da Coordenação-Geral de Gestão do Funad.

Quadro 21 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e contrato de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Nome: FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS					
UG/GESTÃO: 200246/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	33		
		Montante Repassado	16.789.123,18		

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado	4.965.822,32		

Fonte: Controles Internos da Coordenação-Geral de Gestão do Funad.

Quadro 22 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS				
UG/GESTÃO: 200246/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	...	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	13		
	Quantidade reprovada	-		
	Quantidade de TCE instauradas	-		
	Montante repassado (R\$)	4.976.348,79		
Contas NÃO analisadas	Quantidade	20		
	Montante repassado (R\$)	11.812.774,39		

Fonte: Controles Internos da Coordenação-Geral de Gestão do Funad.

Quadro 3.10 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Unidade Concedente ou Contratante
Nome: FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS

UG/GESTÃO: 200246/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	1	9	-	-	-

Fonte: SIAFI e Controles Internos do Funad

### 3.3.1 Análise Crítica

Em 2015 estavam vigentes 199 convênios da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Tais convênios foram firmados com Estados, Municípios, Universidades Estaduais e Entidades Privadas sem Fins Lucrativos.

Observa-se que, no ano em referência houve diminuição do número de celebrações de convênios, no entanto, o repasse foi bem maior, principalmente em razão dos convênios do exercício de 2014 que ainda tinham parcelas a liberar.

Em 2015 foi iniciado, nessa secretaria, o redesenho de processos de Convênios e Termos de Execução Descentralizada, denominado de Melhoria do processo “Gestão dos Instrumentos de Repasse”, que terá seu término previsto para 2017. O objetivo do redesenho é a otimização de atividades e procedimentos relativos à celebração de instrumentos de repasse, acompanhamento da execução e prestação de contas.

Na fase de diagnóstico foram detectados alguns procedimentos que necessitavam de melhorias e ajustes por parte dos agentes envolvidos, principalmente no que tange ao acompanhamento da execução dos instrumentos, análise das propostas de parcerias e análise das prestações de contas.

Observa-se que a necessidade de melhoria é principalmente identificada devido ao aumento substancial de parcerias firmadas nos últimos 3 anos, o que demanda a provisão de capacitação para os agentes envolvidos, a determinação de normas e padrões de documentos que visem a instrumentalizar o acompanhamento da execução das parcerias e a identificação da melhor distribuição das atividades entre as áreas envolvidas.

Entre as principais providências em andamento estão a elaboração de uma metodologia estruturada de acompanhamento de convênios, a partir de relatório padrão de acompanhamento dos projetos financiados e fiscalização in loco, quando necessário. O estabelecimento de plano para a redução do passivo de prestação de contas também merece destaque entre as ações para melhoria da gestão dos processos de convênios da SENAD.

No ano de 2015, foram implementadas algumas ações preliminares, sendo estas a melhoria no processo de análise das propostas para a celebração de parcerias e o levantamento completo do passivo de prestação de contas a receber e a analisar, com vistas ao saneamento.

### 3.3.1.2 Acompanhamento e fiscalização

Atualmente, existem controles internos que possibilitam ter um apanhado geral dos instrumentos de parceria. Alguns convênios são divididos em parcelas, e as suas subseqüentes liberações estão condicionadas ao exame da execução correspondente ao valor das parcelas anteriores.. A solicitação de ajustes no plano de trabalho e pedidos de aditamentos ao convênio também funcionam como controles internos, já que a aprovação também está condicionada ao exame da execução do convênio, além de outros requisitos previstos na legislação de regência

Os convênios são acompanhados por representantes da administração que são designados a acompanhar e fiscalizar a execução dos recursos transferidos para a consecução desses instrumentos, avaliando os seus resultados e reflexos, bem como outras atribuições estabelecidas na legislação específica e nas cláusulas dos instrumentos.

Verificou-se, no diagnóstico do processo de desenho dos instrumentos de parcerias, a necessidade de realização de acompanhamento mais estruturado, com cronograma e padronização previamente definidos. No âmbito do plano de melhoria da gestão dos convênios, está sendo finalizada uma metodologia de acompanhamento dos convênios, que leve em consideração diferentes instrumentos de acompanhamento (relatórios de acompanhamento, fiscalização in loco, apoio técnico), a depender da complexidade e relevância da parceria e que permita um acompanhamento mais próximo dos projetos dos convênios assinados por essa Secretaria.

### 3.3.1.3 Prestações de contas

Especificamente, sobre as prestações de contas não encaminhadas, os convenientes estão sendo oficiados com vistas a encaminhar relatórios de execução física e documentos que comprovem a execução financeira (notas fiscais, extratos bancários, etc). Esses documentos devem ser enviados, por meio do preenchimento das abas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, e em seguida, indicar no referido sistema, que a prestação de contas foi encaminhada para análise.

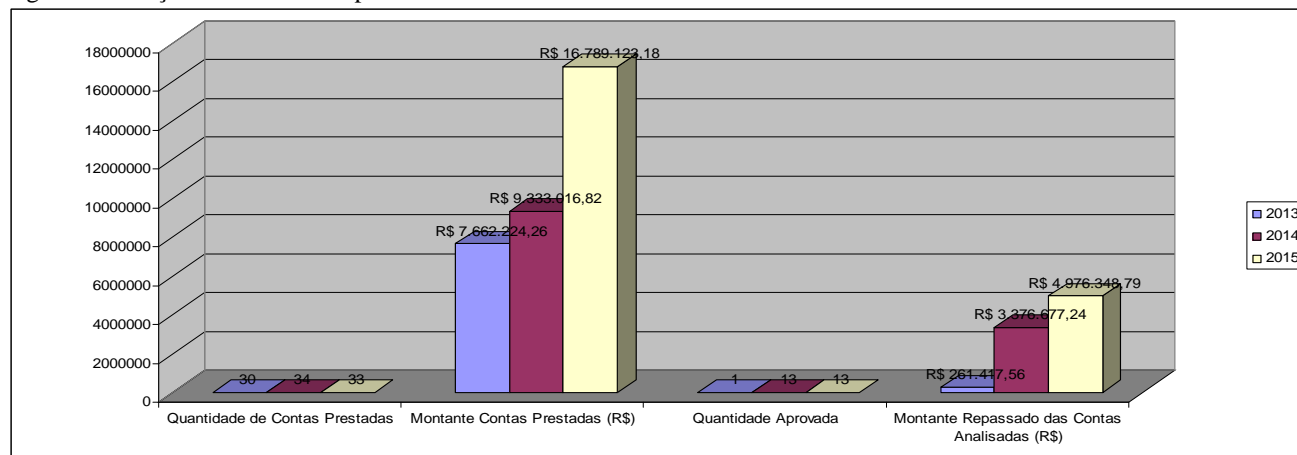
Importa referir, que, no ano em referência, foi possível diminuir o número de prestação de contas não enviadas, por meio das providências mencionadas no parágrafo anterior.

Em relação ao estoque de prestação de contas a analisar, o lapso temporal deve-se, principalmente, ao fato de se efetuar diligências que visem à complementação da prestação de contas final. Tal providência é necessária para o saneamento de algumas impropriedades constadas na análise preliminar da prestação de contas.



Quanto à capacidade de análise de prestação de contas, constatou-se que permaneceu estável quanto à quantidade de prestação de contas analisadas. No entanto, observou-se uma evolução de 2013 a 2015, quanto ao montante repassado, conforme se constata no gráfico que se segue:

Figura 3 evolução do montante repassado



### 3.3.4 Análise da Efetividade das Transferências

A Senad, para alcançar os objetivos estabelecidos para política sobre drogas, utiliza instrumentos de repasse convênios e termos de execução descentralizada. Em geral, esses instrumentos, ainda que sejam o meio adequado para a transferência dos recursos para os Estados e Municípios e ONG, têm como características uma execução custosa, bem como, em muitos casos, há baixa capacidade administrativa dos atores para atender à alta exigência de formalização e registro de execução dos convênios seguindo as regras que legislação exige.

A efetividade das políticas implementadas pelo convenio não dependem apenas das características desses instrumentos de repasse, mas principalmente do nível de maturidade da formulação da política, o que influencia diretamente processo de seleção e dos instrumentos de acompanhamento da execução da política.

Partindo da análise dos resultados alcançados nos objetivos expostos nos tópicos 3.1.2 descrição sintética dos objetivos do exercício e 3.2.1 objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade, percebe-se um bom grau de efetividade de uma forma geral.

### 3.3.5 Informação sobre a estrutura de Pessoal para Análise de Prestação de Contas

A análise de prestação de contas dentro da Senad divide-se em análise financeira e técnica. A primeira é de responsabilidade da CAAP e tem 3 servidores para exercê-la. A segunda é constituída pelas diretorias relacionada aos temas. No tema pesquisa, cuja competência pertence à DPEAI, constitui-se por 6 servidores. No tema prevenção, tratamento, e reinserção social - cuja competência pertence à DACPD - constitui-se pela Coordenação geral de projetos estratégicos que tem 5 integrantes responsáveis pelas análises; e pela coordenação

geral de políticas de prevenção, tratamento e reinserção social são 2 integrantes responsáveis pela análise de prestação de contas.

Utiliza-se para acompanhamento e análise das prestações de contas o SICONV.

### 3.3.6 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 23 - Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	495.664	7.678.953	477.746	1.087.343	
a) Convite		52.136		52.136	
b) Tomada de Preços		1.128.687			
c) Concorrência	3.552		3.552		
d) Pregão	492.111	6.498.129	474.194	1.035.207	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	10.401.213	118.317.178	9.495.483	9.869.969	
h) Dispensa	2.542.071	20.255.270	2.542.071	1.915.928	
i) Inexigibilidade	7.859.141	98.061.907	6.953.411	7.954.041	
3. Regime de Execução Especial	18.003	60.000	18.003	20.446	
j) Suprimento de Fundos	18.003	60.000	18.003	20.446	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	547.258	0	545.652	0	
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0	
l) Diárias	547.258	0	545.652	0	
5. Outros	4.668.355	66.138.799	4.034.228	3.955.355	
6. Total (1+2+3+4+5)	16.130.495	192.194.931	14.571.115	14.933.116	

Fonte: Controles Internos da Coordenação-Geral de Gestão do Funad.

Quadro 24 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional Antidrogas		Código UO: 30912		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								

Demais elementos do grupo									
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
Nome do elemento de despesa									
...									
...									
Demais elementos do grupo									
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	150.260.399	184.367.968	16.130.496	15.123.555	134.129.903	169.244.412	14.571.115	14.828.787	
Nome do elemento de despesa									
...Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039)	120.481.416	123.078.867	11.128.513	9.991.758	109.352.903	113.087.109	9.778.617	9.698.591	
Contribuições (335041)	16.245.428	5.844.306	1.526.703	0	14.718.724	5.844.306	1.526.703	0	
Material de Consumo (339030)	171.037	140.651	128.558	97.647	42.478	43.003	115.715	97.647	
Demais elementos do grupo	13.362.618	55.304.144	3.346.722	5.034.150	10.015.798	50.269.994	3.150.080	5.032.549	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>									
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>		
<b>4. Investimentos</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	
Nome do elemento de despesa									
...									
...									
Demais elementos do grupo									
<b>5. Inversões Financeiras</b>									
Nome do elemento de despesa									
...									
...									
Demais elementos do grupo									
<b>6. Amortização da Dívida</b>									
Nome do elemento de despesa									
Contribuições	8.174.556	1.390.000	0	0	8.174.566	1.128.687	0	0	
Equipamento e Material Permanente	117.745	1.390.000	95.382		22.363			76.200	
Demais elementos do grupo	192.937	5.159.811	192.937	0	0	5.159.811	192.937,00	0	

Fonte: Controles Internos da Coordenação-Geral de Gestão do Funad.

### 3.3.6.1 Análise Crítica

No exercício de 2015 não foram necessárias alterações dos grupos de despesas, pois os saldos existentes nas dotações autorizadas atenderam plenamente às contratações por grupo (custeio e investimento), bem como por elementos de despesa.

Observa-se importantes valores destinados às contratações realizadas mediante inexigibilidade de licitação. Vale destacar que tais valores foram destinados a contratações de entidades privadas sem fins lucrativos, as quais prestam serviços de acolhimento residencial transitório para pessoas que fazem uso problemático de drogas, e que tais entidades foram contratadas por meio de chamamento público. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, desde o exercício de 2012, disponibilizou ao longo de sua execução 8.250 vagas para usuários de drogas em situação de vulnerabilidade social, encerrando o exercício de 2015 com a oferta de 7425 vagas.

### 3.3.6.2 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro 25 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	200246	FUNAD			82	92.600	1.400
2014	200246	FUNAD			103	135.332	2.200

Fonte: SIAFI e Controles Internos do Funad

Quadro 26 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	200246	FUNAD	0	0	0	0	18.656	18.656
2014	200246	FUNAD	0	0	0	0	20.446	20.446

<p>Fonte: SIAFI e Controle Interno FUNAD</p> <p>OBS 1.: Não houve concessão de suprimento de fundos meio de Conta do Tipo B</p> <p>OBS 2.: Não houve saques por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal</p>								

Fonte: SIAFI e Controles Internos do Funad

Quadro 27 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
200246	200246 - FUNAD	339030	01	17.340
		339033	96	0
		339039	18	1.316

SIAFI e Controles Internos do Funad

### 3.4 Desempenho Operacional

A necessidade de descrever os resultados obtidos pela Secretaria no exercício de 2015 na condução dos objetivos definidos em seus planos estratégico ou relacionados ao PPA foi suprida nos tópicos que abordam a descrição sintética dos objetivos do exercício e nos objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados. Ainda sim, cabe destacar, neste tópico, os principais resultados alcançados por esta Secretaria.

### 3.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Os principais Indicadores de desempenho utilizados pela Senad medem características dos objetivos e metas estabelecidas no PPA, observando-se que alguns indicadores encontram-se junto com as análise situacionais no subitem 3.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados, apresenta-se neste item apenas o indicador de desempenho das vagas ofertadas em todos os cursos de capacitação relacionados à política sobre drogas, tendo em vista que tais vagas permeiam diversos objetivos e metas da Secretarias, sendo inviável destacá-lo em apenas um ponto. Destaca-se ainda, que as principais metas que forneceram subsídios para este indicador de desempenho são as 2, 3, 4, 5, 8 e 12 do objetivo 0912 do PPA e neles encontram-se suas análises situacional.

Quadro 28 - Indicador de desempenho dos cursos de capacitação relacionados à política sobre drogas

Denominação	Índice de Referência (jan de 2015)	Índice Previsto (dez de 2015)	Índice Observado (dez de 2015)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Nº de vagas ofertadas por meio de educação à distancia para	394.000	455.000	464.000	anual	Nº de vagas ofertadas

atores atuantes na política					
-----------------------------	--	--	--	--	--

Fonte: Controles Internos da SENAD.

## 4. GOVERNANÇA

### 4.1 Descrição das Estruturas de Governança

As informações referentes à descrição das estruturas de governança e suas instancias, tais como conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, unidade de auditoria interna ou de controle interno, comitês de apoio a governança (de gestão de TI, de gestão de pessoas etc), sistema de correição, serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria executiva do Ministério da Justiça.

### 4.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

As informações referentes às atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

### 4.3 Gestão de Riscos e Controles Internos

De forma geral, a Senad utiliza os sistemas governamentais para mitigar os riscos que possam comprometer os objetivos institucionais, a qualidade de seu funcionamento, a sua eficiência, a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio. Porém, em seu ambiente de atuação, percebeu-se 3 principais pontos que põem em risco a eficiência, eficácia e efetividade da política sobre drogas. Assim, foram implementadas algumas medidas para mitigá-los, segue a lista dos riscos e contramedidas para diminuir seus impactos ao longo do tempo:

a) Muitas vezes os instrumentos de acompanhamento de convênios não se mostravam suficientes para gerir aqueles com características especiais para política e que são de maior complexidade ou que necessitem grande volume de recursos. Para mitigar o risco identificado, duas soluções foram implementadas e merecem destaques:

- I. A primeira é o Projeto Redes, que entre outras atividades, tem o objetivo de dar apoio local a execução dos projetos juntos aos municípios, em regra formalizado por meio de convênios. A Senad por meio do projeto mantém articuladores da política nos entes conveniados, possibilitando, assim, constante contato com gestores dessas localidades, participando, contribuindo com informações técnicas emanadas pela secretaria e produzindo relatórios de controle sobre o desenvolvimento dos projetos. O resultado é o monitoramento da execução mais de perto.
- II. A segunda deriva da percepção que a gestão de convênios da secretaria apresentava deficiências que resultava em processos pouco estruturados, implicando retrabalho e falhas em sua gestão. Assim, foi estabelecido, como estratégia de mitigação, um plano de melhoria nos processos de instrumento de repasse. No âmbito do plano de melhorias, tem-se desenvolvido a padronização de instrumentos de formalização e monitoramento,

a revisão dos fluxos e processos decisórios. A redistribuição dos trabalhos e adequadas responsabilidades das diferentes equipes da secretaria. Além da necessária estratégia de formação dos servidores para o alcance da maior eficiência na gestão dos instrumentos de repasse.

b) Nos contratos de serviço de acolhimento (comunidades terapêuticas), levando-se em conta, o volume de recursos, os trabalhos envolvidos e a disponibilidade de equipes para o desafio; identificou-se riscos em sua execução e na manutenção dos calendários de repasse dos pagamentos para manter os serviços disponíveis à sociedade. Para mitigá-los, foi desenvolvido um sistema de informação que se tornou plataforma de gestão dos acolhimentos, ofertando-o para entidades contratadas, tornando-se assim, um instrumento de prestação de contas da execução dos serviços contratados. Além da gestão, tal ferramenta possibilitará a realização de um processo de controle interno mais eficaz e transparente, uma avaliação mais clara da política pública por meio dos dados extraídos em relatórios. Concomitante com essa iniciativa, tem sido desenvolvida parceria com o Observatório da Despesa Pública da CGU.

c) Risco na eficiência da execução de pesquisas de alta complexidade que envolvam o trabalho de centenas de pesquisadores em várias regiões e que ameaça sua entrega com qualidade e no prazo esperado. Para mitigá-lo, no processo de construção das parcerias, a partir da experiência da equipe que o conduz, foi implementada a imposição de planos de trabalhos estruturados com marcos de verificação do andamento dos projetos. Além disso, há o acompanhamento por meio de reuniões com os desenvolvedores e equipes envolvidas.



## 5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 5.1 Canais de Acesso do Cidadão

Os principais canais de acesso ao cidadão utilizados pela SENAD são o Fale Conosco, do portal OBID, o e-mail institucional da Secretaria (SENAD@mj.gov.br), telefones, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, por intermédio da Secretaria Executiva e a Ouvidoria do MJ.

As demandas podem ser respondidas imediatamente pelo Gabinete Senad, quando há informações suficientes, ou podem ser enviadas às áreas técnicas, que devem responder diretamente ao interessado ou retornar a resposta para que o Gabinete elabore a manifestação final da Secretaria. Quando se tratar de denúncia envolvendo comunidades terapêuticas, é realizada uma análise com o objetivo de verificar se a comunidade mantém contrato com a Senad. Em caso positivo, o gestor do contrato é imediatamente acionado para instauração de procedimento apuratório do quanto contido no relato. Em caso negativo, a denúncia é encaminhada ao Conselho Estadual de Drogas do território da comunidade, com sugestão de encaminhamento ao Ministério Público. Ao longo de 2015, a sociedade e órgãos públicos efetuaram 10 denúncias. Todas foram apuradas.

Não houve casos de encaminhamento de denúncias pelo MP ou Judiciário em que já não houvesse procedimento instaurado naquelas instâncias. Nestes casos, a Senad apenas presta as informações requeridas e, do mesmo modo do parágrafo anterior, procede à apuração quando se tratar de CT's contratada pela Secretaria. Cabe notar que também há recebimento regular de denúncias e relatos oriundos do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, sendo realizado o recebimento e tratamento das demandas da mesma forma que as demais.

Em relação às demandas recebidas pelo SIC, todas as solicitações são respondidas pelo Gabinete Senad, tendo em vista ser o ponto focal do serviço no âmbito da Senad. Para tanto, quando o caso exigir, as demais áreas e eventualmente outras Secretarias são acionadas a fim de coletar mais informações. Não há registro consolidado dos atendimentos da Senad, pois a gestão do serviço está centralizada na Secretaria Executiva do MJ.

Por fim, no exercício de 2015, realizaram-se 2 consultas públicas. A primeira teve como finalidade receber sugestões relacionadas ao marco regulatório das comunidades terapêuticas, sendo recebidas mais de 1.500 sugestões. A segunda, constitui parte processo preparatório para a UNGASS 2016, assim, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), do Ministério da Justiça, realizou uma consulta e uma audiência pública sobre o tema, visando a garantir a participação da sociedade civil e contou com 16 participantes – entidades ou indivíduos – que enviaram suas propostas segundo cinco eixos temáticos que pautarão a UNGASS 2016, conforme definido pela Resolução 58/8 da Comissão de Narcóticos das Nações Unidas.

## 5.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Há dois serviços prestados pela Senad diretamente ao cidadão, que é o “Ligue 132” e o fornecimento de materiais impressos e cartilhas.

Em relação ao “Ligue 132”, trata-se de um serviço de utilidade pública que presta esclarecimento, apoio e orientação sobre a prevenção do uso indevido de drogas àqueles que precisam de algum tipo de ajuda.

Para acessar mais informações sobre este serviço, basta acessar a carta de serviços da SENAD (link abaixo) ou encaminhar e-mail para: [vivavoz@ufcspa.edu.br](mailto:vivavoz@ufcspa.edu.br) ou [SENAD@mj.gov.br](mailto:SENAD@mj.gov.br)

Já serviço relativo ao fornecimento de materiais, como pesquisas, cartilhas e assuntos relacionados à prevenção e formação, o pedido deve ser formalizado por meio de acesso ao Portal OBID ([www.obid.SENAD.gov.br](http://www.obid.SENAD.gov.br)), especificamente no link a seguir: [http://www.obid.SENAD.gov.br/portais/OBID/conteudo/web/noticia/ler\\_noticia.php?id\\_noticia=107640](http://www.obid.SENAD.gov.br/portais/OBID/conteudo/web/noticia/ler_noticia.php?id_noticia=107640)

Por fim, segue o endereço eletrônico da carta de serviços SENAD no portal do Ministério da Justiça: <http://www.justica.gov.br/Acesso/servicos-ao-cidadao-2/anexos/SENAD.pdf>

## 5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Não há mecanismos específicos e estruturados para medir a satisfação dos produtos e serviços da Senad prestados diretamente à sociedade. As demandas SIC são tratadas de forma eficiente e respeitando o cumprimento dos prazos internos estabelecidos, não possuindo gargalos críticos na relação entre o ponto focal da Senad e demais áreas responsáveis por determinadas informações.

## 5.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

Para acessar informações relacionadas às notícias, à prevenção, à capacitação relacionada ao tema, onde buscar ajuda e outras informações sobre a SENAD, basta acessar ao link: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas>.

## 5.5 Medidas Para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Senad, para se adapta e garantir o acesso aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência, bem como atender às Leis relacionadas ao tema, vem adotando algumas medidas de acessibilidade.

Em relação às CT's, uns dos principais serviços dentro do eixo cuidado, a fim de garantir a acessibilidade, a qual conforme a Resolução de da Diretoria Colegiada - RDC - n° 29/2011 é uns dos requisitos para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, à medida que são

realizadas as fiscalizações in loco dos contratos firmados, é verificado se as instituições executam ações que promovam a acessibilidade a portadores de necessidades especiais.

Dentro do eixo pesquisa, o portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, embora esteja passando por um processo de reformulação, possui uma ferramenta com a opção de aumentar e diminuir o tamanho da fonte, e de mostrar o conteúdo em alto contraste.

Dentro do eixo prevenção, em alguns cursos ofertados, como aqueles disponibilizados aos conselheiros municipais e lideranças comunitárias, em sua 5ª, 6ª, 7ª edição, para garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, nas teleconferências houve o uso de Libras, o ambiente virtual possuía opção de aumentar e diminuir o tamanho da fonte e de mostrar o conteúdo em alto contraste, alguns vídeos produzidos pela equipe tem Libras. Para o exercício de 2016, o novo ambiente virtual, Portal de Capacitação Permanente, a ser implementado, possuirá opção de aumentar e diminuir o tamanho da fonte, e de mostrar o conteúdo em alto contraste. Além disso, será disponibilizado novamente o material em Libras da 6ª edição em formato de trilha. Todos os vídeos produzidos pela equipe terão Libras.

## 6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Quadro 29 - tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	
Denominação completa (UPC)	Código da UG
Fundo Nacional Antidrogas	200246
<p>1. Aplicação, pela UPC, dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10</p> <p>a) NBC T 16.9</p> <p>O Fundo Nacional Antidrogas obedece aos dispositivos contidos na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público– NBC T 16.9, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão.</p> <p>Em complemento a esta norma, a Coordenação de Contabilidade/ MJ orienta às unidades gestoras do órgão que observem os procedimentos contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30– Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, com vistas a aplicar a metodologia para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão, bem como as taxas utilizadas para os cálculos de depreciação.</p> <p>O Fundo Nacional Antidrogas apresentou registros de depreciação, no entanto, não registrou adequadamente a reavaliação e redução a valor recuperável dos bens patrimoniais registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, sendo as justificativas apresentadas no item “2” desse relatório.</p> <p>b) NBC T 16.10</p> <p>O Fundo Nacional Antidrogas obedece aos dispositivos contidos na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público– NBC T 16.10, que define critérios e procedimentos para avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.</p> <p>Os procedimentos contábeis são estabelecidos também em conformidade com as metodologias indicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos relacionados ao tema.</p> <p>As análises evidenciaram o que segue:</p> <p>b.1) Disponibilidades</p> <p>As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, se em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.</p> <p>b.2) Créditos e Dívidas</p> <p>Os direitos e obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, se em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. A Unidade não faz estimativa pelos prováveis valores de realização para o ativo e não faz o reconhecimento para os passivos, não constituindo, assim, provisões para perdas.</p>	

b.3) Estoques

A unidade gestora executora 200246 não possui registro de bens móveis em almoxarifado.

b.4) Investimentos permanentes

A unidade gestora executora 200246 não possui registro de investimentos permanentes.

b.5) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. A mensuração dos bens de uso comum é efetuada, sempre que possível, ao valor de aquisição. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

b.6) Intangível

A unidade gestora executora 200246 não possui registro de bens intangíveis.

b.7) Diferido

A unidade gestora executora 200246 não possui registro de diferido

Quadro 30 - tratamento contábil avaliação e mensuração de ativos e passivos

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Denominação completa (UPC)

Código da UG

Fundo Nacional Antidrogas

200246

b.8) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

A reavaliação incide sobre os bens patrimoniais escriturados no Ativo Imobilizado.

A unidade gestora 200246 não efetuou os registros de reavaliação dos bens patrimoniais, sendo as justificativas apresentadas no item “2” desse relatório.

2. Justificativas da UG pelo descumprimento do disposto nas alíneas “a” e “b.8”

A Coordenação de Contabilidade/MJ, em virtude da falta dos registros contábeis de reavaliação, mencionados nas alíneas “a” e “b8” na unidade gestora 200246, tomará as providências cabíveis no ajuste dessa rotina contábil junto ao Fundo Nacional Antidrogas, a partir do exercício de 2016, uma vez que tal ajuste requer a formação de uma comissão designada especificamente para tal fim.

Em relação ao item “b.2”, esta Setorial de Contabilidade promoverá a orientação à Unidade para apuração dos valores a serem provisionados.

3. Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC

De acordo com as Demonstrações das Variações Patrimoniais- DVP da Unidade Gestora 200246, em

2015, as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, somaram R\$ 319 milhões, sendo R\$ 153 mil registradas sob o título de Reavaliação de Ativos, e as Variações Patrimoniais Diminutivas - DVP, totalizaram R\$ 215 milhões, sendo R\$ 4 mil registradas sob o título de Depreciação, Amortização e Exaustão, considerando os dispositivos contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

## 6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

As informações referentes à sistemática de custos serão apresentadas no relatório Relatório de Gestão da Secretaria executiva do Ministério da Justiça.

## 6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis obrigatórias para esta UPC Conforme a Lei 4.320/64 e outras normas de contabilidade encenam-se na aba anexo anexo e apêndices.

Quadro 31- notas explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS		ÓRGÃO 30912 - Fundo Nacional Antidrogas
Nº	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO
1	Demonstrações 2015/2014	Em razão da alteração do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público ter sido implantado em 2015, apenas o Balanço Patrimonial apresenta o comparativo entre os saldos de 2014 e 2015. As demais Demonstrações contêm apenas os dados de 2015.
2	Consolidação	As Demonstrações Contábeis foram extraídas do SIAFI conforme as UPC's do Anexo I da DN TCU 146/2015. A Unidade Gestora Executora do Órgão 30912 - Fundo Nacional Antidrogas compõe as Demonstrações Contábeis, UG 200246 - Fundo Nacional Antidrogas.
3	Introdução ou Alteração de Práticas Contábeis	Não houve introdução ou alteração de práticas contábeis.
4	Resultados do Exercício	O Resultado Patrimonial do Exercício de 2015 foi de R\$ - 104 milhões. As Variações Patrimoniais aumentativas somaram R\$ 319 milhões, sendo as Transferências Intragovernamentais e os Ganhos com Desincorporações de Passivo representando o maior volume VPA's, R\$ 163 milhões (51% da VPA) e R\$ 94 milhões (29% da VPA), respectivamente. As Variações Patrimoniais Diminutivas somaram R\$ 215 milhões, sendo o consumo de serviços somando R\$ 81 milhões (38% da VPD) e as Transferências Governamentais R\$ 80 milhões (37% da VPD).

5	Renúncias de Receita	Não há registro de renúncias de receitas no Órgão 30912 (Fundo Nacional Antidrogas).
6	Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável	<p>As reavaliações foram feitas utilizando-se o valor justo. Os acréscimos no valor do ativo em decorrência de reavaliação foram registrados em contas de resultado e tiveram impacto na VPA, conta 46.111.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis.</p> <p>A contabilização da mencionada Variação Patrimonial Aumentativa ocorreu no valor de R\$ 153 mil.</p>
7	Conciliação de Imóveis	O controle dos valores de Bens Imóveis de Uso especial é realizado pela equação 0167, consultada pelo subsistema "Novo CPR", transação "CONDESAUD". Não houve inconsistência ao fim do exercício.
8	Variação Cambial	No Órgão 30.912 - Fundo Nacional Antidrogas, não houve receita ou despesa por motivo de variação cambial em 2015.
9	Criação e Extinção de Órgãos e Unidades Gestoras	Não houve criação ou extinção de Unidades Gestoras no Fundo Nacional Antidrogas - 30912
10	Integrações de saldos contábeis	O Órgão participa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e está inserido no Balanço Geral da União - BGU.
11	Ajustes de exercícios Anteriores	Os valores contabilizados à conta 23.711.03.00 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, no exercício de 2015, somaram ao todo R\$ 1.740,44, na Unidades 200246, decorrente de atualização de depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET.
12	Eventos Subseqüentes	Não há previsão de eventos subseqüentes que resultem em impacto representativo no Patrimônio do Órgão Superior 30000 - Ministério da Justiça.

## 7. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 7.1 Gestão de Pessoas

Preliminarmente, registre-se que a coordenação e o acompanhamento das atividades de administração, pagamento e desenvolvimento dos servidores em exercício na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD são de competência da CGRH/SPOA/SE.

### 7.1.2 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 32 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>32</b>	<b>67</b>	<b>19</b>	<b>16</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	32	67	19	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	32	32	15	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	35	4	5
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>Não há</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>87</b>	<b>87</b>	<b>24</b>	<b>22</b>

**Fonte:** Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Quadro 33 - Distribuição da Lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>39</b>	<b>28</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	39	28
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	18	14



1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	21	14
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>7</b>	<b>13</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>46</b>	<b>41</b>

Quadro 33 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão (*)</b>	<b>46</b>	<b>41</b>	<b>12</b>	<b>13</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	46	41	12	13
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	6	2	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	15	5	5
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	19	5	6
1.2.5. Aposentados	Não há	1	0	0
<b>2. Funções Gratificadas (**)</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	8	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>46</b>	<b>49</b>	<b>12</b>	<b>13</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

\* Número de cargos comissionados e funções gratificadas aprovado pelo Decreto nº 6.061/2007, e suas alterações.

\*\* Foram considerados os ocupantes da Gratificação de Representação da Presidência da República – GR, por força do Decreto nº 7.426/2011.

### 7.1.2.1 Análise Crítica

O Quadro de Pessoal do Núcleo Central do Ministério da Justiça conta com um quantitativo reduzido de servidores para a implementação de projetos e ações de crescente complexidade, o que impacta também a SENAD no que diz respeito à força de trabalho frente às necessidades da unidade. Em face desse déficit da força de trabalho, atualmente, a SENAD conta com 19 servidores sem vínculo com a Administração Pública no exercício de cargo em comissão (46% dos cargos em comissão).

Por outro lado, o MJ vem buscando alternativas para recompor a força de trabalho das unidades integrantes da Pasta, tais como pedido de concurso público e plano de carreiras. Todavia, algumas ações fogem da governabilidade do órgão.

#### **Quanto a qualificação da força de trabalho, o grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade**

SENAD, 2%, 29%, 64%, 2% e 2% dos servidores possuem, respectivamente, “Ensino Fundamental”, “Ensino Médio”, “Ensino Superior”, “Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-Graduação” e “Mestrado”. No que se refere ao perfil etário dos servidores em exercício nessa unidade, observa-se que a seguinte distribuição 28%, 33%, 18%, 17% e 3% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50”, “de 51 a 60” e “acima de 60” anos, respectivamente, causando preocupação na Administração, pois há risco de evasão de servidores, seja pelos mais novos que buscam melhores oportunidades de salários, seja pelos mais velhos que podem sair a qualquer momento pelo instituto da aposentadoria. Do total de 32 (trinta e dois) servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MJ em exercício na SENAD, 3 (três) completaram os requisitos para aposentadoria, representando 9% do pessoal efetivo.

#### **Política de Capacitação e Treinamento de pessoal**

No âmbito do MJ, foi instituída a Política de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, por meio da Portaria nº 2.716, de 5 de agosto de 2013, com as seguintes diretrizes: promoção da excelência na qualidade dos serviços prestados à sociedade, partindo das premissas: transparência, eficiência, eficácia e efetividade; promoção à formação e à educação contínua dos servidores; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos do MJ, tendo como referência o Plano Plurianual – PPA e o Plano Estratégico do MJ; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e desenvolvimento; racionalização dos recursos; mensuração dos resultados advindos das ações de capacitação e desenvolvimento com vistas a otimizar os investimentos; e responsabilização dos dirigentes na avaliação das necessidades, bem como no acompanhamento dos resultados das ações de capacitação e desenvolvimento.

No ano de 2015, foi realizado o levantamento das necessidades de capacitação junto às unidades administrativas do MJ, cujos temas mais demandados foram licitações, contratos, convênios e prestação de contas e execução orçamentária e financeira. No caso da SENAD, foram concedidas 07 (sete) oportunidades de capacitação (cursos e seminários) aos servidores.

Além disso, o MJ oferece oportunidades de capacitação de longa duração por meio dos seguintes programas: Bolsa Universitária (custeio de até 50% da mensalidade do curso de graduação); Bolsas Integrais de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado; Curso de inglês ministrado pelo Centro Cultural Thomas Jefferson; e Programa de Incentivo à Participação em Cursos de Idioma Estrangeiro (custeio de até 50% da mensalidade, até o limite máximo de R\$ 200,00).

Dessas ações, houve a participação de 05 (cinco) servidores no curso de inglês. Além disso, 1 (um) servidor foi beneficiado com o Programa de Incentivo à Participação em cursos de idioma estrangeiro.

**Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.**

No âmbito do Poder Executivo Federal, o controle de possíveis acumulações vedadas de cargos, funções e empregos públicos é realizado pelo órgão central do SIPEC – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por dois meios:

a) Parametrização no Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, no qual é bloqueada a operação de cadastramento de um novo vínculo funcional, quando detectada a ocorrência de ocupação de um cargo público não acumulável no âmbito da Administração Pública Federal, direta e autárquica.

b) Cruzamento das bases de dados do SIAPE com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que se detectado algum possível caso, é encaminhado ao órgão de exercício do respectivo servidor para verificação.

Em ambas as situações, a possível ocorrência deve ser apurada por meio de processo administrativo, no qual é assegurado o contraditório e a ampla defesa ao servidor.

Destaca-se ainda, que no âmbito interno, o servidor no momento da posse em cargo público apresenta declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, respeitando as situações previstas na Constituição Federal e que caso faça alguma declaração inverídica, essa pode agravar a situação do servidor. Ademais o servidor se compromete a comunicar à CGRH/MJ, qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional e de que está ciente de que declarar falsamente é crime previsto em Lei.

No exercício de 2015 não foi detectada nenhuma ocorrência de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

### 7.1.3 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 34 - Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	762.814,58	249.254,95	1.111.825,67	54.066,20	135.215,23	41.725,04	18.417,77	293,93	114,16	2.373.727,53
	2014	580.782,21	176.272,04	729.037,02	27.382,36	100.897,86	32.335,61	14.081,22	3.027,46	0,00	1.663.815,78
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											

Exercícios	2015	0,00	860.513,55	80.104,24	24.173,33	117.780,80	4.777,84	32.305,08	4.078,74	0,00	1.123.733,58
	2014	0,00	880.547,64	74.317,32	25.971,77	88.966,00	11.473,22	2.839,03	420,40	0,00	1.084.535,38
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	0,00	1.104.812,58	92.380,95	25.794,54	140.978,81	19.100,12	41.805,20	3.841,85	0,00	1.428.714,05
	2014	0,00	1.039.366,10	84.717,27	23.074,08	120.504,01	12.136,73	37.520,60	661,23	0,00	1.317.980,02
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	2.134,65	0,00	0,00	0,00	151,38	296,40	0,00	0,00	0,00	2.582,43
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

#### 7.1.4 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

O déficit de servidores no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça agravou-se, principalmente, pela ausência de concurso público para este órgão nas décadas de 80 e 90, contrapondo com o gradativo e significativo aumento das atribuições institucionais da Pasta ao longo desse mesmo período.

Não obstante a realização de concursos públicos nos anos de 2009 e 2013, os quantitativos autorizados foram aquém do número necessário de servidores. Destaca-se que, o concurso público de 2009 teve como objetivo a substituição dos prestadores de serviços considerados como impróprios por servidores, que já não eram suficientes para fazer frente à notória ausência de servidores públicos, então verificada no Ministério da Justiça.

Já com relação ao concurso de 2013, do total de 838 (oitocentas e trinta e oito) vagas solicitadas, só foram autorizadas, pela Portaria MP nº 592, de 10 de dezembro de 2012, 110 (cento e dez) vagas, sendo 10 (dez) de Administrador, 95 (noventa e cinco) de Analista Técnico-Administrativo, 1 (uma) de Contador e 4 (quatro) de Economista, sob alegação de restrições orçamentárias. No ano de 2015, foi autorizada a nomeação de 7 (sete) candidatos excedentes, sendo 5 (cinco) para o cargo de Administrador, 1 (um) para o cargo de Economista e 1 (um) para o cargo de Engenheiro.

Entretanto, os servidores do Quadro de Pessoal do MJ são integrantes do Plano Geral do Poder Executivo - PGPE e percebem uma das mais baixas remunerações do Serviço Público Federal, trazendo como conseqüências: considerável índice de desistência à posse no cargo efetivo e evasão de servidores qualificados.

Do concurso público de 2009, de um total de 604 (seiscentos e quator) cargos oferecidos (considerando as 450 vagas iniciais e 154 vagas excedentes), apenas 357 (trezentos e cinquenta e sete) vagas estão providas no MJ (posição: 31/12/2015), em face da grande oferta de cargos públicos com remunerações melhores, inclusive no Poder Executivo Federal.

Com referência ao concurso público de 2013, cujos provimentos iniciaram a partir de março de 2014, apresenta-se o índice de 36% de desistência dos candidatos para assumir o cargo público. Além disso, 26% dos candidatos empossados solicitaram vacância do cargo. Assim, o MJ conta com 123 (cento e vinte e três) servidores oriundos desse certame (posição 31/12/2015).

Diante desse cenário e considerando a carência de servidores, o MJ encaminhou em 2013, e novamente em 2014, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pedidos de autorização para realização de concurso público, conforme quadro a seguir, mas ambos pedidos foram indeferidos, sob a alegação de que os Projetos de Lei dos exercícios de 2014 e 2015, encaminhados ao Congresso Nacional, não contemplaram recursos orçamentários para a implementação das referidas propostas.

Quadro 35 - Pedidos de autorização para realização de concurso público

Cargo	Nível	Quantitativo - Pedido 2013	Quantitativo - Pedido 2014
Agente Administrativo	NI	200	200
Arquiteto	NS	-	05
Contador	NS	-	05
Engenheiro	NS	04	10
Estatístico	NS	-	05
Técnico em Comunicação Social	NS	-	10
<b>TOTAL</b>		<b>204</b>	<b>235</b>

No ano de 2015, esta Pasta Ministerial solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Aviso MJ nº 801/2015, autorização para realização de novo concurso público para o provimento de 70 (setenta) cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais e 224 (duzentos e vinte e quatro) cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal, sendo: 10 (dez) de Administrador, 74 (setenta e quatro) de Analista Técnico-Administrativo, 1 (um) de Arquivista, 10 (dez) de Arquiteto, 1 (um) de Assistente Social, 6 (seis) Bibliotecário, 5 (cinco) de Contador, 4 (quatro) de Economista, 1 (um) de Enfermeiro, 20 (vinte) de Engenheiro, 5 (cinco) de Estatístico, 4 (quatro) de Médico, 1 (um) de Psicólogo, 1 (um) de Sociólogo, 10 (dez) de Técnico em Assuntos Educacionais, 20 (vinte) de Técnico em Comunicação Social, 50 (cinquenta) de Agente Administrativo e 1 (um) de Auxiliar de Enfermagem, cujo pedido encontra-se em análise no órgão central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC.

Além do quantitativo reduzido da força de trabalho, verifica-se que no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, há uma concentração de servidores ocupantes de cargo de nível superior na classe inicial. Já no caso dos servidores de nível intermediário, a concentração acontece na classe final. Em ambas situações, esses aspectos tornam-se um fator preocupante para os gestores do MJ, porque há possibilidade de evasão de servidores, seja por posse em outro cargo inacumulável ou aposentadoria, dentre outras modalidades de vacâncias.

Com relação às possíveis aposentadorias, 215 (duzentos e quinze) servidores completaram ou estão prestes a completar os requisitos para aposentadoria até o ano de 2018, ou seja, 27% do Quadro de Pessoal do MJ. Embora a possibilidade dessas aposentadorias acontecerem na totalidade seja mínima, cada vez que um servidor se aposenta, agrava mais a situação do déficit de pessoal, pois não há a reposição de imediato.

A fim de estabelecer uma política de remuneração capaz de manter o quadro de pessoal desta Pasta, o MJ encaminhou em 2012 e 2013, respectivamente, as seguintes propostas:

- Plano de Gratificações composto pela Gratificação de Apoio à Execução de Políticas de Justiça, Segurança e Cidadania - GAJUSC e pela Gratificação de Desempenho de Apoio à Execução de Políticas de Justiça, Segurança e Cidadania – GDAJUSC; e

- Plano de Carreira: constituído pelos cargos de Analistas e Técnicos de Justiça, Cidadania e Segurança Pública (a serem criados) e demais cargos de provimento efetivo de nível superior, intermediário e auxiliar, cujos titulares encontram-se lotados nas Unidades do Núcleo Central do MJ, que seriam enquadrados no novo plano, salvo manifestação irretratável, mantendo-se as denominações e as atribuições do cargo já definidas por legislação específica.

Todavia, ambos pedidos foram indeferidos sob a alegação de que as atuais diretrizes governamentais são no sentido de não se instituir novas gratificações específicas para determinado grupo de servidores de órgão ou entidade nem novos planos de carreiras e cargos específicos para órgão ou entidades da Administração Pública Federal. No caso das gratificações, evita-se o aumento das distinções remuneratórias no âmbito da Administração Pública Federal. Já no caso dos planos de carreiras, busca-se privilegiar a transversalidade, no sentido de que os servidores de um plano de carreiras e cargos existente possam ser alocados de acordo com as necessidades de cada órgão.

Em razão da necessidade de constituir um Quadro de Pessoal permanente e qualificado que possa dar continuidade às ações governamentais, novamente o MJ, no exercício de 2014, submeteu a proposta do Plano de Gratificações, por meio do Aviso nº 653, de 30 de maio de 2014. O Plano de Gratificações foi indeferido, em dezembro de 2015, sob a alegação de que o Projeto de Lei do exercício de 2016, encaminhado ao Congresso Nacional, não contemplou recursos orçamentários para a implementação da referida proposta.

Em que pese todas as dificuldades encontradas, a Secretaria-Executiva desta Pasta continua empenhada a reduzir o déficit da força de trabalho das unidades integrantes do MJ.

#### 7.1.4.1 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

##### **Absenteísmo**

O indicador gerencial “absenteísmo”, utilizado no Núcleo Central do Ministério da Justiça, busca medir as ausências dos servidores, no qual são computados todos os tipos de afastamentos, inclusive aqueles considerados por lei como de efetivo exercício, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença à gestante, licença casamento, licença falecimento, dentre outras.

Para se obter esse índice é utilizada a fórmula:

$$\text{ABS: } \frac{\text{n}^\circ \text{ de dias de ausências}}{\text{n}^\circ \text{ de servidores} \times \text{n}^\circ \text{ de trabalho}}, \text{ em que:}$$

nº de dias de ausências = quantidade de dias de ausências dos servidores no exercício de 2015.

nº de servidores = quantidade de servidores da Unidade.

nº de dias de trabalho = quantidade de dias no ano.

Ressalte-se, que no item “nº de dias de trabalho” será considerado o número de 365 dias correspondente ao um ano civil (sem excluir os dias não úteis), uma vez que vários afastamentos dos

servidores embora tenham incidência em finais de semana ou feriados, são computados como “efetivo exercício”.

Olhando a realidade do Ministério da Justiça, como parâmetro, entendemos que um índice de absenteísmo aceitável seria em torno de 5%, pelos seguintes aspectos:

a) Antes do exercício de 2010, os últimos provimentos para os cargos efetivos se deram da seguinte forma: em 1988, mediante concurso público (processo seletivo para todo o Poder Executivo Federal) promovido pelo extinto Departamento de Administração de Serviço Público - DASP; em 1994, por meio de aproveitamento dos candidatos habilitados nos concursos públicos efetuados pelos Ministérios da Marinha (hoje Comando da Marinha) e do Ministério da Educação; e ano de 1998, para as vagas remanescentes de Técnico de Contabilidade e Técnico em Assuntos Educacionais, o que contribuiu para uma concentração de 1/4 (um quarto) dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MJ na faixa etária acima de 51 anos. Naturalmente, essa concentração contribui para estipular um índice diferenciado, pois é comum que à medida que as idades avancem, alguns problemas de saúde também sobressaiam.

b) Com a nomeação e posse de novos servidores em cargos efetivos, em virtude de habilitação em concurso público promovido por este Ministério, houve também uma concentração de 60% do efetivo nas faixas etárias abaixo de 40 anos. Parte desse grupo são mulheres que estão em fase reprodutiva, podendo se afastar por licença à gestante por até 180 dias (concessão inicial e prorrogação), o que também contribui para estipulação aceitável de 5%.

Considerando a meta fixada, foi calculado o índice de absenteísmo da SENAD, por meio da fórmula acima mencionada, no qual se chegou ao seguinte resultado: ABS:  $[1653 / (87 \times 365)] \times 100 = 5\%$ , o qual se conclui que está dentro do padrão aceitável.

## **Acidentes de Trabalho**

No Núcleo Central do Ministério da Justiça, o número de acidentes de trabalho é pequeno, levando em consideração os últimos 3 (três) exercícios, sendo que no ano de 2015 houve apenas 2 (um) caso no total.

Para as unidades do Ministério da Justiça, em que ocorreram os eventos, a CGRH/MJ formulou a seguinte fórmula:

$$AT = \frac{(n^\circ \text{ de casos} \times 100)}{n^\circ \text{ de servidores}}, \text{ em que:}$$

$n^\circ$  de casos = quantidade de acidentes de trabalho.

$n^\circ$  de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

Considerando a natureza dos cargos efetivos que compõem o Quadro de Pessoal do MJ, bem como as atividades desenvolvidas, podemos dizer que o nível de risco no trabalho é pequeno, se tomarmos por referência outros cargos da Administração Pública, como os de carreira policial. Entretanto, como há fatores que não estão ao alcance da governabilidade da Pasta, como, por exemplo: acidente no percurso residência-trabalho e vice-versa, considera-se aceitável um índice de até 2%, sendo que o ideal seria que não ocorressem casos de acidente de trabalho.

No exercício de 2015, na SENAD, não houve caso de acidente de trabalho.

## Doenças Ocupacionais

Observando-se o Código Internacional de Doenças – CID, foram levantados os afastamentos que podem ter sido provocados por fatores relacionados com o ambiente de trabalho. Considerando a complexidade do tema, foi estipulado para o exercício de 2015, que o índice aceitável seria de até 5%.

Destaca-se que, no âmbito do Núcleo Central do MJ, a principal causa de afastamento tem relação com doença do aparelho locomotor. Há também ocorrências de transtornos mentais e comportamentais. Todavia, por ser uma questão sigilosa tratada apenas no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, não é possível identificar os CID por Unidades, tão somente classificar como doença ocupacional ou não.

Para se obter o índice de Doenças Ocupacionais é utilizada a seguinte fórmula:

DO:  $\frac{\text{n}^\circ \text{ de servidores com doenças ocupacionais} \times 100}{\text{n}^\circ \text{ de servidores}}$ , em que:

nº de servidores com doenças ocupacionais = quantidade de servidores que tiveram doenças classificadas pelo CID como doenças ocupacionais.

nº de servidores = quantidade de servidores da Unidade.

No exercício de 2015, na SENAD, não houve caso de doença ocupacional.

## Rotatividade

Para mensurar o índice de rotatividade, a CGRH/MJ utiliza a seguinte fórmula:

ROT:  $\frac{\text{entrada} + \text{saída}}{2} \times 100$ , em que:  
 $\text{n}^\circ \text{ de servidores}$

entrada = quantidade ingressos na Unidade.

saída = quantidade de egressos na Unidade.

nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

A rotatividade é um assunto que sempre desperta preocupação na organização, pois quando o índice é alto, possivelmente há reflexo na produtividade do trabalho. Todavia, caso isso ocorra, a instituição deve detectar as possíveis causas determinantes que impactam na mensuração deste indicador.

No caso do Ministério da Justiça, na mensuração do índice de rotatividade, são considerados os seguintes aspectos:

a) Os cargos de Direção e Assessoramento e Assessoramento Superior - DAS, são de livre provimento, podendo haver, sempre que houver interesse público, a nomeação e exoneração dos seus ocupantes, a qualquer tempo, o que contribui para elevação do índice; e

b) Os cargos efetivos do MJ estão inseridos no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, que é um dos Planos de Cargos com os menores salários na Administração Pública. Com isso, os servidores buscam constantemente outros cargos públicos, com melhores remunerações, inclusive no próprio Poder Executivo.

Assim, embora o ideal seja um índice de rotatividade de 10%, uma vez que o ingresso de pessoas também traz benefícios para a organização, oxigenando o ambiente de trabalho, com a



introdução de novos conhecimentos e habilidades, há aspectos que fogem à governabilidade da instituição.

Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que:  $ROT = \{[(24+22)/2]/87 \times 100\}$ , obtém-se um índice de rotatividade de 26%.

## Disciplina

De acordo com as normas legais, para aqueles servidores que não cumprem seus deveres funcionais, poderão ser aplicadas penalidades disciplinares de advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras.

A questão envolve conduta do profissional e o ideal é que não haja nenhum caso.

Para medir esse índice, a CGRH/MJ utiliza a seguinte fórmula:

DISC: n° de penalidades, sendo:

n° de servidores

n° de penalidades = quantidade de penalidades (advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras).

n° de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

No exercício de 2015, nenhum servidor da SENAD sofreu penalidade de suspensão.

### 7.1.5 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Quadro 36 - Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício de 2014 (em R\$)	Despesa no exercício de 2015 (em R\$)
	1º Semestre 2014	2º Semestre 2014	1º Semestre 2015	2º Semestre 2015		
<b>1. Nível superior</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>29</b>	<b>36</b>	<b>66.201,83</b>	<b>140.748,65</b>
1.1 Área Fim	5	15	29	36	66.201,83	140.748,65
1.2 Área Meio	0	0	0	0	-	-
<b>2. Nível Médio</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>20.728,26</b>	<b>29.971,01</b>
2.1 Área Fim	0	3	0	0	2.169,67	-
2.2 Área Meio	3	4	10	13	18.558,59	29.971,01
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>22</b>	<b>39</b>	<b>49</b>	<b>86.930,09</b>	<b>170.719,66</b>

Os estagiários alocados na SENAD são administrados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

## 7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

### 7.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da união

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, gestora do Funad, apresenta em sua estrutura organizacional a Diretoria de Contencioso e Gestão do Funad. A esta Diretoria compete a gestão dos ativos, dentre eles os imóveis, incorporados ao patrimônio da União, em decorrência de perdimento judicial decretado.

O perdimento judicial é decretado, com a reversão da propriedade do bem para a Senad, pela utilização do ativo na prática do crime de tráfico de drogas ou se o bem constituir produto do delito.

Uma vez incorporado o imóvel, a Secretaria de Patrimônio da União efetiva sua entrega à Secretaria, passando efetivamente a ser administrado pela mesma, podendo, conforme prevê a legislação de regência, aliená-lo em hasta pública para capitalização do Funad, ou destiná-lo in natura para uso em ações de repressão ao tráfico de drogas, ou em atividades de recuperação e reinserção social de dependentes químicos.

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet) é a principal ferramenta de gestão, estando nele contidas as informações descritivas do imóvel, fotos, documentos e certidões em formato digital, bem como suas destinações (cessão/doação) ou alienação (venda), apresentando integração com o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI para o registro dos respectivos lançamentos contábeis. Atualmente, infere-se que o aludido sistema carece de modificações para otimizar a gestão de imóveis, como a previsão de localização geográfica (georreferenciamento) e o cálculo automático para reavaliação dos imóveis, hoje efetuadas manualmente e de forma precária. Complementarmente o Sistema GFUNADWEB (Sistema de Gestão de Bens do Fundo Nacional Antidrogas) mantém informações judiciais, onde o imóvel foi declarado perdido em favor da União, bem como informações de outros ativos do Funad, sem interação com os sistemas Spiunet e SIAFI.

Quadro 37 Imóveis Incorporados

UF	Avaliação (R\$)	Qtd.
MS	10.645.933,97	12
PR	547.332,85	7
RJ	4.033.853,00	6
RS	1.118.607,41	4
SC	912.875,00	4
SP	1.733.428,61	19
<b>Total</b>	28.251.466,08	52

Quadro 38 Imóveis Cedidos

UF	Entidade	Ano	Qtd.
MS	Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas/MS	2013	1
SC	Instituto Redenção	2013	1

<b>SC</b>	Entidade APRAT	2013	1
<b>SP</b>	Prefeitura de Araraquara	2013	1
<b>SC</b>	Prefeitura de Joinville	2014	1
<b>SP</b>	Prefeitura de Tatuí	2014	1
<b>RS</b>	Prefeitura de Farroupilha	2015	1

Quadro 39 - Despesas com Manutenção

<b>UF</b>	<b>RIP</b>	<b>Natureza</b>	<b>Valor (R\$)</b>
RJ	6001.04373.500-3	Taxa de Condomínio	5.498,50

Fonte : Sistemas Spiunet e Siafi

### 7.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

#### 7.3.1 Principais sistemas de informações

A Senad, dentro de sua estrutura organizacional, tem como sistema que mais contribui para a realização da missão e objetivos institucionais, o Sistema de Gestão das Comunidades Terapêutica (SISCT), que tem como objetivo melhorar a gestão e acompanhamento de informações relacionadas às CT's, tais como contratos, acolhidos, pagamentos, indicadores e relatórios gerenciais. O SISCT é utilizado pelos representantes dos órgãos competentes no Ministério da Justiça, bem como por representantes das CT's em diversas localidades do Brasil.

O SISCT é um módulo integrante do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – Sinesp. Sua manutenção é terceirizada, sendo feita pelo SERPRO e o custeio de responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública, SENASP, alcançou o valor de 4.5 milhões de reais anuais.

Levando em consideração que apenas a SENAD pode utilizar o sistema e que o atual contrato para sua manutenção é entre a SENASP e o SERPRO, para o exercício de 2016, com a intenção de expandi-lo para projetos de outras secretarias, a relação contratual será entre CGTI do Ministério da Justiça e SERPRO.

O maior risco identificado a sua continuidade e disponibilidade é a falta de recursos para manter o contrato com o SERPRO. Para mitigá-lo está sendo elaborado um projeto de viabilização para migração do SISCT, que sairá do SERPRO e será mantido pela governança de TI do Ministério da Justiça.

#### 7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Os dados referentes às Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria executiva do Ministério da Justiça.

#### 7.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

As informações referentes à gestão ambiental e sustentabilidade serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria executiva do Ministério da Justiça.

#### 7.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

A Unidade Prestadora de Contas (UPC) Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad/MJ), nos termos do inciso IX do artigo 38-A do anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, detém a competência de gerir o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), que tem no rol de seus objetivos financiar ações de interesse da Política Nacional sobre Drogas, entre as quais a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, o reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícito de drogas, além da formação e capacitação de profissionais envolvidos nessas atividades.

##### 7.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab), foi criado pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988. Por força da Medida Provisória 2143-32, teve sua denominação alterada para Fundo Nacional Antidrogas (Funad) e possui natureza financeira.

Nos termos do inciso IX do artigo 38-A do anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, o Funad é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad/MJ).

Conforme dispõe o artigo 2º da Lei nº 7.560/86, constitui-se dos seguintes recursos: dotações específicas estabelecidas no orçamento da União; doações de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras; recursos provenientes da alienação dos bens de que trata o art. 4º dessa lei; recursos provenientes de emolumentos e multas, arrecadados no controle e fiscalização de drogas e medicamentos controlados, bem como de produtos químicos utilizados no fabrico e transformação de drogas de abuso; recursos de outras origens, inclusive os provenientes de financiamentos externos e internos; recursos oriundos do perdimento em favor da União dos bens, direitos e valores objeto do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins, previsto no inciso I do artigo 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Esse mesmo diploma legal, elenca, no seu artigo 5º, a destinação dos recursos do Funad: aos programas de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento, recuperação, repressão,

controle e fiscalização do uso e tráfico de drogas; aos programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas; aos programas de esclarecimento ao público, incluídas campanhas educativas e de ação comunitária; às organizações que desenvolvem atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários; ao reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícitos de drogas e produtos controlados; ao pagamento das cotas de participação a que o Brasil esteja obrigado como membro de organismos internacionais ou regionais que se dediquem às questões de drogas; aos custos de sua própria gestão; aos custos de sua própria gestão e para o custeio de despesas decorrentes do cumprimento de atribuições da SENAD; ao pagamento do resgate dos certificados de emissão do Tesouro Nacional que caucionaram recursos transferidos para a conta do FUNAD; ao custeio das despesas relativas ao cumprimento das atribuições e às ações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, no combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, previstos na Lei nº 9.613/1998, até o limite da disponibilidade da receita decorrente do inciso VI do art. 2º; às entidades governamentais e não governamentais integrantes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Segue, na aba anexo e apêndices, o Anexo I contendo os relatórios contábeis, contendo informações sobre a aplicação no exercício financeiro de 2015 dos recursos orçamentários e financeiros destinados à política pública sobre drogas.

A Unidade Prestadora de Contas (UPC) Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad/MJ), nos termos do inciso IX do artigo 38-A do anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, detém a competência de gerir o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), que tem no rol de seus objetivos financiar ações de interesse da Política Nacional sobre Drogas, entre as quais a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, o reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícito de drogas, além da formação e capacitação de profissionais envolvidos nessas atividades.

## 8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 40 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 001.185/2012-8	Acórdão 290/2014-TCU-2º Câmara	1.6.5	Ofício 1530/2015-TCU/SECEX-SP	16/6/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Fundo Nacional Antidrogas				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinou ao Fundo Nacional Antidrogas que, de posse das análises efetuadas pela Comissão Temporária de Análise de Prestação de Contas Técnico Administrativa de Convênios da Unifesp, reavalie as prestações de contas dos Convênios SENAD 15 e 17/2007.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Com base na documentação encaminhada pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, por meio do Ofício Reitoria nº 262/2015, datado de 08/05/2015, a SENAD/MJ reavaliou a prestação de contas dos Convênios SENAD nº 15 e nº 17/2007, conforme determinado no acórdão 290/2014-TCU-2º Câmara, item 1.6.5. Da reanálise, verificou-se a não comprovação de mensuração das contrapartidas em bens e serviços, o que acarretou a elaboração das Notas Técnicas nº 2/2015/CAAP/CGG/DCG/SENAD e nº 3/2015/CAAP/CGG/DCG/SENAD, impondo o recolhimento dos valores atualizados de contrapartida. Como consequência, expediu-se o Ofício nº 176/2015/CGG/DCG/SENAD-MJ, endereçado à Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo - FapUnifesp, com vistas ao recolhimento dos valores. Essa providência foi informada ao TCU, por meio do Ofício nº 177/2015/CGG/DCG/SENAD-MJ, datado de 03/07/2015. A FapUnifesp, mediante o Of. Dir. Pres. Fap nº 125/2015, encaminhou a esta secretaria documentação complementar e demonstrativo das memórias de cálculos dos bens e serviços utilizados nas contrapartidas dos referenciados instrumentos. Diante disso, por meio do Ofício nº 38/2015/CAAP/CGG/DCG/SENAD-MJ, foi solicitada nova manifestação da Comissão Temporária de Análise de Prestação de Contas Técnico-Administrativa de Convênios da Unifesp. A Reitoria da Universidade, por meio do Ofício Reitoria nº 714/2015, indicou que as informações prestadas pela FapUnifesp não foram apresentadas anteriormente à universidade, não existindo controvérsias entre as conclusões da Comissão Temporária e a defesa enviada pela Fundação de Apoio. No entanto, sugeriu que aquelas informações detalhariam os serviços prestados, a quantidade de funcionários envolvidos e a carga horária destinada por eles nos mencionados convênios, sem adentrar o mérito. Assim, por meio do Ofício nº 45/2016/CAAP/CGG/DCG/SENAD-MJ, a SENAD/MJ reiterou a necessidade de manifestação da Unifesp, por intermédio do Departamento de Análise de Prestação de Contas, Contratos e Convênios, vinculado à Pró-Reitoria de Administração, que assumiu a competência da extinta Comissão Temporária de Análise de Prestação de Contas Técnico-Administrativa de Convênios. Até o presente momento, aguarda-se o envio da análise conclusiva da Unifesp, quanto ao mérito, a fim de que esta Secretaria adote as providências decorrentes.</p>				

## 8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2015, não houve recomendações do Órgão de Controle Interno direcionadas à Unidade Prestadora de Contas (UPC) Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad/MJ).

As recomendações de exercícios anteriores e as respectivas providências da UPC foram informadas ao Órgão de Controle Interno (OCI), mediante alimentação do Sistema Monitor, criado para acompanhar o atendimento das recomendações expedidas pela Controladoria-Geral da União (CGU).

## 8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Ao longo do exercício de 2015 não houve medidas administrativas para apuração de dano ao erário no âmbito da Senad/Funad.

## 8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Senad observa no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações e prestação de serviços, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades. Cabendo ressaltar que os controles internos são realizados mediante registros de acompanhamento interno e por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/MJ). Ainda, é necessário registrar que a quase totalidade dos contratos vigentes na Senad têm como objeto a contratação de serviços de acolhimento em comunidades terapêuticas e esses, conforme registrado no item Planejamento Organizacional deste relatório, têm sido progressivamente geridos pelo sistema nomeado SISCT. O sistema, como anteriormente mencionado, contemplará, quando completo, a gestão de todas as ações da Secretaria junto às comunidades terapêuticas, inclusive a gestão dos referidos contratos. Atualmente, dentre outras atividades, já são realizadas por meio deste sistema a prestação de contas dos mencionados contratos e está previsto, para o primeiro semestre de 2016, a disponibilização de módulo que contemplará a gestão dos pagamentos correspondentes.

## 8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

As informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, levando-se em consideração que a Senad e o Funad não firmaram contrato com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propícias do Art. 7º da Lei 12.546 e pelo Art. 2º do Decreto 7.828 de 2012.

## 8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

As informações sobre ações de publicidade e propaganda serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

## ANEXO

Anexo relacionado às demonstrações contábeis obrigatórias para a UPC conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 30912 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNDOS  
 ORGÃO 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
 SUPERIOR  
 EXERCÍCIO 2015  
 PERÍODO Anual  
 EMISSÃO 08/03/2016  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>13.402.636,73</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	<b>213.369.452,61</b>	-
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>31.647.097,13</b>	-
Receita Tributária	6.429.450,88	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	25.217.646,25	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>181.722.355,48</b>	-
Ingressos Extraorçamentários	95.214,14	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	90,37	-
Transferências Financeiras Recebidas	163.076.048,96	-
Arrecadação de Outra Unidade	18.549.752,01	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	1.250,00	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-199.966.815,88</b>	-
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-79.016.465,84</b>	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-



Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-79.015.722,81	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-743,03	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-40.307.666,02</b>	-
Intergovernamentais	-27.074.677,13	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-9.561.839,78	-
A Municípios	-17.512.837,35	-
Intragovernamentais	-152.214,44	-
Outras Transferências Concedidas	-13.080.774,45	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-80.642.684,02</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-95.717,78	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-80.546.966,24	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Alienação de Bens</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros Ingressos de Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>13.402.636,73</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>39.114.224,86</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>52.516.861,59</b>	-





Incorporação									
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	209.509.870,49	-	-	209.509.870,49



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO  
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 30912 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNDOS  
 ORGÃO 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
 SUPERIOR  
 EXERCÍCIO 2015  
 PERÍODO Anual  
 EMISSÃO 08/03/2016  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>184.790.776,93</b>	<b>182.886.305,37</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.142.715,96</b>	<b>94.237.735,08</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	52.516.861,59	39.114.224,86	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.084.657,18	51.201,02
Clientes			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber			Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos			Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária			Demais Obrigações a Curto Prazo	1.058.058,78	94.186.534,06
Dívida Ativa Não Tributária					
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo					



Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	104.377.090,32	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	105.131.039,73	105.131.039,73
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	1.740,44	-
<b>Imobilizado</b>	<b>27.861.809,52</b>	<b>16.482.469,44</b>	<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	-	-
Bens Móveis	-	-	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>209.509.870,49</b>	<b>105.131.039,73</b>
Bens Móveis	-	-			
(-)	-	-			
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	27.861.809,52	16.482.469,44			
Bens Imóveis	27.870.331,84	16.488.680,58			
(-)	-8.522,32	-6.211,14			
Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes	-	-			

Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
Industriais					
(-) Amortização Acumulada	-	-			
de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável de Marcas, Direitos e					
Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável Direito de Uso de					
Imóveis					
<b>Diferido</b>	-	-			
Diferido			-		
(-) Amortização Acumulada			-		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>212.652.586,45</b>	<b>199.368.774,81</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO</b>	<b>212.652.586,45</b>	<b>199.368.774,81</b>
			<b>LÍQUIDO</b>		

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>52.516.861,59</b>	<b>348.513.470,17</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>221.942.794,03</b>	<b>534.300.921,54</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>160.135.724,86</b>	<b>-149.144.695,36</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>-</b>	<b>-220.031.593,23</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>9.290.207,58</b>	<b>114.900.553,50</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>-</b>

Quadro de Compensações

ATIVO	PASSIVO
-------	---------



ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2015	2014
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>9.006.448,49</b>	<b>9.006.448,49</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>167.764.577,08</b>	<b>152.828.966,91</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	9.006.448,49	9.006.448,49	Execução dos Atos Potenciais Passivos	167.764.577,08	152.828.966,91
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	9.006.448,49	9.006.448,49	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	112.237.772,42	110.275.038,38
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	55.526.804,66	42.553.928,53
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.006.448,49</b>	<b>9.006.448,49</b>	<b>TOTAL</b>	<b>167.764.577,08</b>	<b>152.828.966,91</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-180.067.158,64</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>10.641.226,20</b>
Operação de Crédito	-20.026.263,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	37.071.022,84

Outros Recursos Vinculados a Fundos  
**TOTAL**

-6.403.533,06  
**-169.425.932,44**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOUREIRO  
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 30912 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNDOS  
ORGÃO 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
SUPERIOR  
EXERCÍCIO 2015  
PERÍODO Anual  
EMISSÃO 08/03/2016  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>35.503.822,00</b>	<b>35.503.822,00</b>	<b>31.647.097,13</b>	<b>-3.856.724,87</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>5.366.480,00</b>	<b>5.366.480,00</b>	<b>6.429.450,88</b>	<b>1.062.970,88</b>
Impostos	-	-	-	-
Taxas	5.366.480,00	5.366.480,00	6.429.450,88	1.062.970,88
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-

Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>30.137.342,00</b>	<b>30.137.342,00</b>	<b>25.217.646,25</b>	<b>-4.919.695,75</b>
Multas e Juros de Mora	489.150,00	489.150,00	669.638,94	180.488,94
Indenizações e Restituições	-	-	2.630.730,41	2.630.730,41
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do	-	-	-	-

RPPS				
Rec. Decor. de Aportes	-	-	-	-
Periódicos para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas	29.648.192,00	29.648.192,00	21.917.276,90	-7.730.915,10
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-

Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>35.503.822,00</b>	<b>35.503.822,00</b>	<b>31.647.097,13</b>	<b>-3.856.724,87</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>35.503.822,00</b>	<b>35.503.822,00</b>	<b>31.647.097,13</b>	<b>-3.856.724,87</b>
<b>DÉFICIT</b>			<b>95.408.094,28</b>	<b>95.408.094,28</b>
<b>TOTAL</b>	<b>35.503.822,00</b>	<b>35.503.822,00</b>	<b>127.055.191,41</b>	<b>91.551.369,41</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

**DESPESA**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>290.022.478,00</b>	<b>283.822.478,00</b>	<b>118.880.624,54</b>	<b>9.530.931,11</b>	<b>8.625.201,02</b>	<b>164.941.853,46</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	<b>290.022.478,00</b>	<b>283.822.478,00</b>	<b>118.880.624,54</b>	<b>9.530.931,11</b>	<b>8.625.201,02</b>	<b>164.941.853,46</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>30.976.300,00</b>	<b>31.376.300,00</b>	<b>8.174.566,87</b>	-	-	<b>23.201.733,13</b>
Investimentos	<b>30.976.300,00</b>	<b>31.376.300,00</b>	<b>8.174.566,87</b>	-	-	<b>23.201.733,13</b>
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-

<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>9.158.842,00</b>	<b>9.158.842,00</b>	-	-	-	<b>9.158.842,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>330.157.620,00</b>	<b>324.357.620,00</b>	<b>127.055.191,41</b>	<b>9.530.931,11</b>	<b>8.625.201,02</b>	<b>197.302.428,59</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>330.157.620,00</b>	<b>324.357.620,00</b>	<b>127.055.191,41</b>	<b>9.530.931,11</b>	<b>8.625.201,02</b>	<b>197.302.428,59</b>
<b>TOTAL</b>	<b>330.157.620,00</b>	<b>324.357.620,00</b>	<b>127.055.191,41</b>	<b>9.530.931,11</b>	<b>8.625.201,02</b>	<b>197.302.428,59</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>47.637.223,91</b>	<b>147.437.340,36</b>	<b>108.321.595,24</b>	<b>106.135.786,63</b>	<b>4.199.958,24</b>	<b>84.738.819,40</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	47.637.223,91	147.437.340,36	108.321.595,24	106.135.786,63	4.199.958,24	84.738.819,40
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>18.407.217,21</b>	<b>6.549.811,75</b>	<b>4.551.401,18</b>	<b>4.551.401,18</b>	<b>1.682.820,80</b>	<b>18.722.806,98</b>
Investimentos	18.407.217,21	6.549.811,75	4.551.401,18	4.551.401,18	1.682.820,80	18.722.806,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-

<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>66.044.441,12</b>	<b>153.987.152,11</b>	<b>112.872.996,42</b>	<b>110.687.187,81</b>	<b>5.882.779,04</b>	<b>103.461.626,38</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>PAGOS</b>	<b>CANCELADOS</b>	<b>SALDO</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>51.201,02</b>	<b>11.000,00</b>	<b>40.201,02</b>	-
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	-	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	<b>51.201,02</b>	<b>11.000,00</b>	<b>40.201,02</b>	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-	-
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>51.201,02</b>	<b>11.000,00</b>	<b>40.201,02</b>	-



**MINISTÉRIO DA  
FAZENDA  
SECRETARIA DO  
TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 30912 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNDOS  
ORGÃO 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
SUPERIOR  
EXERCÍCIO 2015  
PERÍODO Anual  
EMISSÃO 08/03/2016  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>31.647.097,13</b>	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>127.055.191,41</b>	-
<b>Ordinárias</b>	<b>1.544.095,84</b>	-	<b>Ordinárias</b>	<b>122.617.054,20</b>	-
<b>Vinculadas</b>	<b>30.356.931,13</b>	-	<b>Vinculadas</b>	<b>4.438.137,21</b>	-
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social	3.541.135,07	-	Seguridade Social		-
(Exceto RGPS)		-	(Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito		-
Alienação de Bens e		-	Alienação de Bens e		-
Direitos		-	Direitos		-
Transferências		-	Transferências		-
Constitucionais e Legais		-	Constitucionais e Legais		-
Previdência Social		-	Previdência Social		-
(RGPS)		-	(RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos	16.372.158,85	-	Outros Recursos	1.392.614,37	-
Vinculados a Órgãos e		-	Vinculados a Órgãos e		-
Programas		-	Programas		-
Outros Recursos	10.443.637,21	-	Outros Recursos	3.045.522,84	-
Vinculados a Fundos		-	Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita	-253.929,84	-			-
Orçamentária		-			-
<b>Transferências Financeiras</b>	<b>163.076.048,96</b>	-	<b>Transferências</b>	<b>80.546.966,24</b>	-
<b>Recebidas</b>		-	<b>Financeiras Concedidas</b>		-
Resultantes da Execução	20.330.000,00	-	Resultantes da	6.973.715,72	-
Orçamentária		-	Execução Orçamentária		-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasse Recebido	20.330.000,00	-	Repasse Concedido	6.973.715,72	-
Sub-repasse Recebido		-	Sub-repasse		-
		-	Concedido		-
Recursos Arrecadados -		-	Recursos		-
Recebidos		-	Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos -		-	Valores Diferidos -		-
Baixa		-	Baixa		-
Valores Diferidos -		-	Valores Diferidos -		-
Inscrição		-	Inscrição		-
Correspondência de		-	Correspondências de		-



Débitos		Créditos	
Cota Devolvida		- Cota Devolvida	-
Repasso Devolvido		- Repasse Devolvido	-
Sub-repasso Devolvido		- Sub-repasso	-
Independentes da	142.746.048,96	- Devolvido	
Execução Orçamentária		- Independentes da	73.573.250,52
Transferências	126.752.255,00	- Execução Orçamentária	
Recebidas para Pagamento		- Transferências	23.743.975,53
de RP		- Concedidas para	
Demais Transferências	349.417,87	- Pagamento de RP	
Recebidas		- Demais	-
Movimentação de	15.644.376,09	- Transferências	
Saldos Patrimoniais		- Concedidas	
Movimentações para		- Movimento de Saldos	49.829.274,99
Incorporação de Saldos		- Patrimoniais	
Aporte ao RPPS	-	- Movimentações para	
Aporte ao RGPS	-	- Incorporação de Saldos	
<b>Recebimentos</b>	<b>137.076.296,91</b>	- Aporte ao RPPS	-
<b>Extraorçamentários</b>		- Aporte ao RGPS	-
Inscrição dos Restos a	905.730,09	- <b>Despesas</b>	<b>110.794.648,62</b>
Pagar Processados		- <b>Extraorçamentárias</b>	
Inscrição dos Restos a	117.524.260,30	- Pagamento dos Restos	11.000,00
Pagar Não Processados		- a Pagar Processados	
Depósitos Restituíveis e	95.214,14	- Pagamento dos Restos	110.687.187,81
Valores Vinculados		- a Pagar Não Processados	
Outros Recebimentos	18.551.092,38	- Depósitos Restituíveis e	95.717,78
Extraorçamentários		- Valores Vinculados	
Ordens Bancárias não		- Outros Pagamentos	743,03
Sacadas - Cartão de		- Extraorçamentários	
Pagamento		- Ordens Bancárias	743,03
Restituições a Pagar		- Sacadas - Cartão de	
Passivos Transferidos		- Pagamento	
Cancelamento de	90,37	- Pagamento de	
Obrigações do Exercício		- Restituições de Exercícios	
Anterior		- Anteriores	
Arrecadação de Outra	18.549.752,01	- Pagamento de	
Unidade		- Passivos Recebidos	
Variação Cambial		- Cancelamento de	
Valores para		- Direitos do Exercício	
Compensação		- Anterior	
Valores em Trânsito		- Transferência de	
DARF - SISCOMEX		- Arrecadação para Outra	
Ajuste Acumulado de		- Unidade	
Conversão		- Variação Cambial	
Demais Recebimentos	1.250,00	- Valores	
<b>Saldo do Exercício</b>	<b>39.114.224,86</b>	- Compensados	
<b>Anterior</b>		- Valores em Trânsito	
Caixa e Equivalentes de	39.114.224,86	- Ajuste Acumulado de	
Caixa		- Conversão	
		- Demais Pagamentos	
		- <b>Saldo para o Exercício</b>	<b>52.516.861,59</b>
		- <b>Seguinte</b>	
		- Caixa e Equivalentes de	52.516.861,59
		- Caixa	

<b>TOTAL</b>	<b>370.913.667,86</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL</b>	<b>370.913.667,86</b>	<b>-</b>
--------------	-----------------------	----------	--------------	-----------------------	----------



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 30912 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNDOS  
 ORGÃO SUPERIOR 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
 EXERCÍCIO 2015  
 PERÍODO Anual  
 EMISSÃO 08/03/2016  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>319.457.512,19</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>32.149.757,48</b>	-
Impostos	-	-
Taxas	32.149.757,48	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>89.811,87</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	199,06	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	89.612,81	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>174.932.488,70</b>	-
Transferências Intragovernamentais	163.076.048,96	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	11.856.439,74	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>94.450.274,08</b>	-
Reavaliação de Ativos	153.122,56	-

Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	72.000,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	94.225.151,52	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>17.835.180,06</b>	-
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17.835.180,06	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>215.080.421,87</b>	-
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>81.235.795,05</b>	-
Uso de Material de Consumo	90.780,28	-
Serviços	81.140.963,15	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.051,62	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>927,46</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	927,46	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>82.745.288,87</b>	-
Transferências Intragovernamentais	80.546.966,24	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	2.198.322,63	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>51.081.677,97</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	49.500,00	-
Desincorporação de Ativos	51.032.177,97	-
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-

Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>16.732,52</b>	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	16.732,52	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>104.377.090,32</b>	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014